

DICAS

O QUE FAZER PARA QUE
A EDUCAÇÃO BÁSICA DÊ CERTO
NO SEU MUNICÍPIO



II EDIÇÃO

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

MEC - Ministério da Educação e do Desporto

Secretaria de Educação Fundamental
Maria Aglaê de Medeiros Machado

CENPEC - Centro de Pesquisas para Educação e Cultura

Coordenação

Maria Alice Setúbal Souza e Silva
Marta Wolak Grosbaum

Elaboração

Neide Cruz
Raquel Léa Brunstein

CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

Direção de Arte, Capa e Ilustrações

Claudius S.P. Ceccon

Editoração Eletrônica

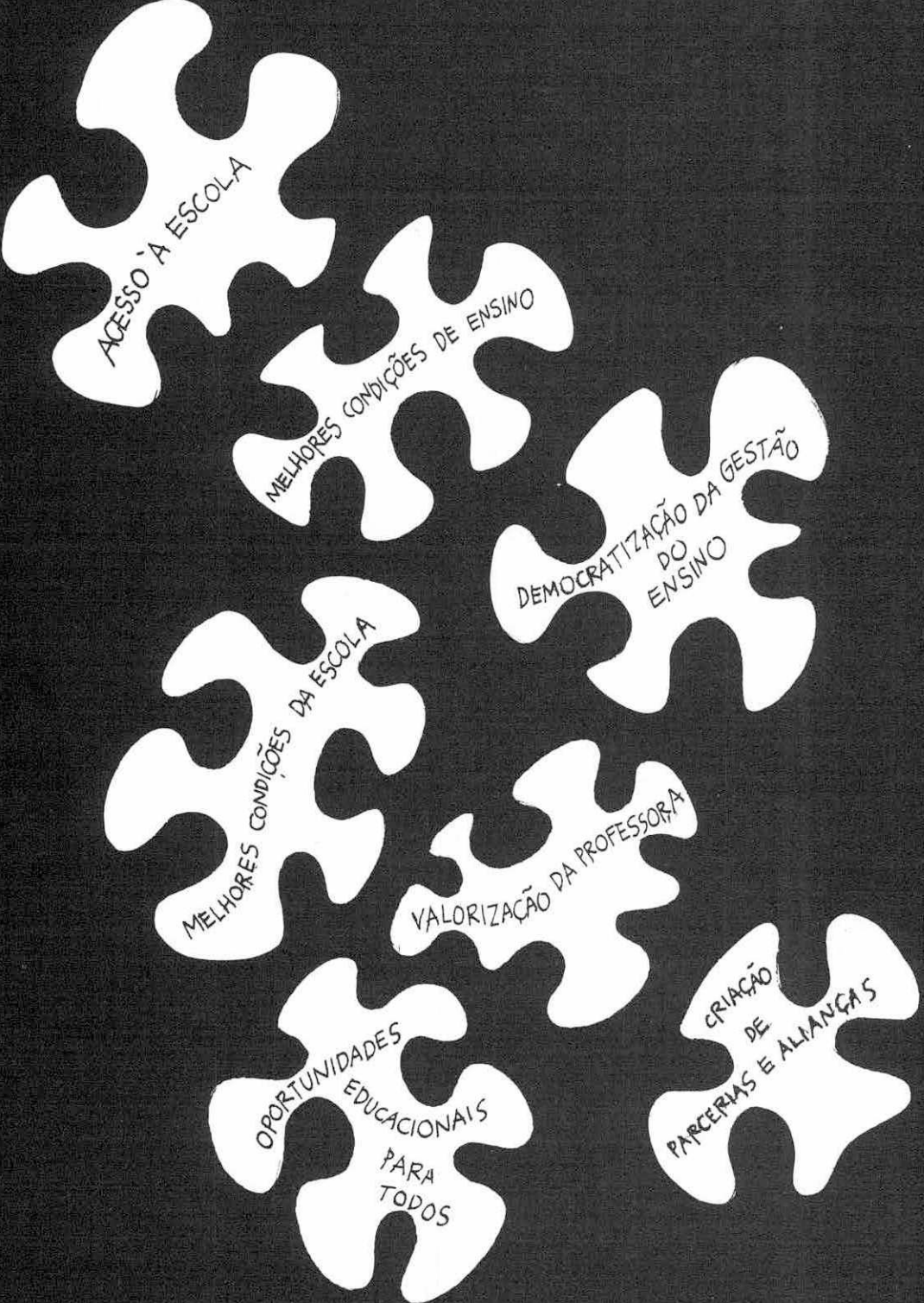
Claudia Protasio Ceccon

Brasília - 1993

DICAS

**O QUE FAZER PARA QUE
A EDUCAÇÃO BÁSICA DÊ CERTO
NO SEU MUNICÍPIO**

**UNICEF
MEC
CENPEC
CECIP**



ACESSO À ESCOLA

MELHORES CONDIÇÕES DE ENSINO

DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO
DO ENSINO

MELHORES CONDIÇÕES DA ESCOLA

VALORIZAÇÃO DA PROFESSORA

OPORTUNIDADES
EDUCACIONAIS
PARA
TODOS

criação
de
parcerias e alianças

O valor da educação integral para o desenvolvimento pleno da pessoa humana é plenamente reconhecido. E, como o desenvolvimento humano é a medida de todo e qualquer desenvolvimento econômico, evidencia-se a prioridade da educação para o futuro do Brasil, sem exclusão de qualquer segmento étnico, social ou regional.

Assim, como resposta ao anseio nacional por **mais e melhor educação**, os Poderes Públicos em seus diferentes níveis assumem o compromisso, com o conjunto da sociedade, de implementar o **PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**.

O desafio a enfrentar é considerável: trata-se de universalizar oportunidades educacionais iguais para **TODOS** e, ao mesmo tempo, melhorar a qualidade dos serviços educativos para que, pelo menos 80% das crianças e adolescentes possam concluir o ensino obrigatório de oito séries (ensino fundamental) - meta fixada para ser alcançada no início do século XXI.

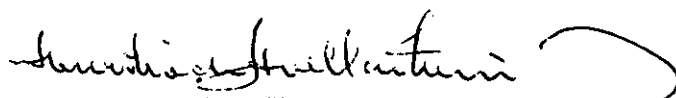
Tal desafio impõe medidas e estratégias condizentes, entre as quais avultam planejamento, descentralização, integração e interação política, que o MEC vem adotando como órgão central do Sistema Nacional de Educação.

Entendo que, à vista das diversidades regionais e locais que caracterizam o Brasil, a participação dos Municípios no esforço conjunto é fundamental, especialmente por se tratar de **educação básica**, compreendidos programas de atenção integral a crianças e adolescentes, ampliação da oferta de pré-escola, universalização e qualificação do ensino fundamental, adoção de medidas de apoio e complementação de assistência ao aluno e capacitação de recursos humanos.

Esses programas são eminentemente locais, comunitários, aproximando-se das necessidades e reivindicações quando executados pelo Poder Público Municipal.

Importa, assim, estimular os Municípios para que sua atuação na área educacional dê certo, o que justifica a publicação de DICAS: não ocorre aqui a pretensão de apresentar **fórmulas mágicas** à maneira de panacéia, mas de propor sugestões e recomendações e incentivar a criatividade e a participação.

Brasília, julho de 1993.


Murílio de Avellar Hingel
Ministro de Estado da Educação e do Desporto

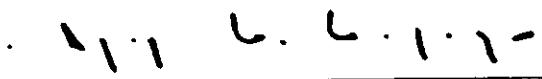
Após a publicação das quinze experiências municipais bem sucedidas em educação básica, resultado de um amplo esforço de identificação, registro e sistematização do trabalho de municípios onde o ensino público vem dando certo, estamos lançando agora as lições extraídas daquele rico material. A idéia é utilizar aquilo que aprendemos para gerar novas iniciativas em educação básica e contribuir para a melhoria do que já vem sendo feito.

No marco do novo federalismo, que nasce da Constituição de 1988, vemos com satisfação a emergência e o fortalecimento no Brasil de uma nova forma de cooperação em educação básica: a cooperação município-município. Cada vez mais, educadores e dirigentes percebem as vantagens de "aprender a fazer com quem está fazendo", assimilando o "saber de experiências", feito daqueles que estão trabalhando e lutando pela educação no dia a dia de suas comunidades.

A simplicidade do texto e a leveza criativa das ilustrações são o invólucro de um denso e rico conteúdo. Um conteúdo que, esperamos, possa dar respostas às dificuldades, servir de inspiração para inovações e semente de transformações amplas e profundas em outros contextos.

Com estas DICAS, o UNICEF dá mais um passo na estratégia de assegurar o ingresso, o regresso, a permanência e o sucesso de todas as crianças numa escola pública, universal e de boa qualidade.

Brasília, 30 de julho de 1993.



Agop Kayayan
Representante do UNICEF no Brasil

Apresentação

Este material é fruto de um trabalho realizado pelo UNICEF/CENPEC, com o objetivo de registrar e divulgar experiências educacionais significativas, já publicadas na coleção Educação e Desenvolvimento Municipal.

Para a análise e o registro das experiências foram selecionados 15 municípios de porte grande, médio e pequeno, localizados em 9 estados brasileiros, cujas políticas educacionais nortearam suas opções pelo princípio do direito de todos à Educação Básica. Esta escolha permitiu uma reflexão acerca de modelos diferenciados de gestão do sistema escolar, que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, revelando capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Não se buscou algo necessariamente inovador, no sentido de inusitado. A análise das experiências estudadas nos revela que ao priorizar a educação, esses municípios estão se diferenciando dos demais, e essa é a grande inovação.

Muitas vezes, a realização do simples e do óbvio, mas bem implementados, trouxe resultados significativos, constituindo-se em lições para outras regiões. A diversidade regional não se configura numa barreira para que propostas e ações de um determinado município não possam ser utilizadas como parâmetro para outros. Não é possível se pensar em um modelo único e original para cada um dos municípios brasileiros, assim como não temos tempo para tentar “inventar” novas soluções, quando muitas vezes não são novas, pois já foram implantadas em outras regiões.

Assim sendo, para facilitar e agilizar aos dirigentes e técnicos da área o acesso às propostas desenvolvidas pelos 15 municípios estudados, elaborou-se este material, onde as ações encontram-se operacionalizadas em passos e agrupadas de acordo com sua natureza, em sete grandes temas:

Pg. 05 **1** "E AS CRIANÇAS? TODAS TÊM ESCOLA?", que trata das medidas destinadas ao acesso, permanência e extensão do ensino.

Pg. 11 **2** "MELHORANDO AS CONDIÇÕES DO ENSINO", que aborda os investimentos no trabalho do professor, na aprendizagem do aluno, nas estratégias e nas medidas alternativas que enriquecem o ensino.

Pg. 17 **3** "MELHORANDO AS CONDIÇÕES DA ESCOLA", onde merecem atenção especial o aspecto físico e os recursos didáticos da escola.

Pg. 21 **4** "VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO", que reúne as medidas destinadas à carreira e/ou qualificação do professor e à sua formação continuada.

Pg. 29 **5** "OFERECENDO OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS", que trata das ações destinadas a oferecer educação básica aos adolescentes e adultos; ensino profissionalizante, visando sua inserção no mercado de trabalho e oficinas ou "ateliês" de arte, objetivando o resgate da cultura, da arte e da história do município.

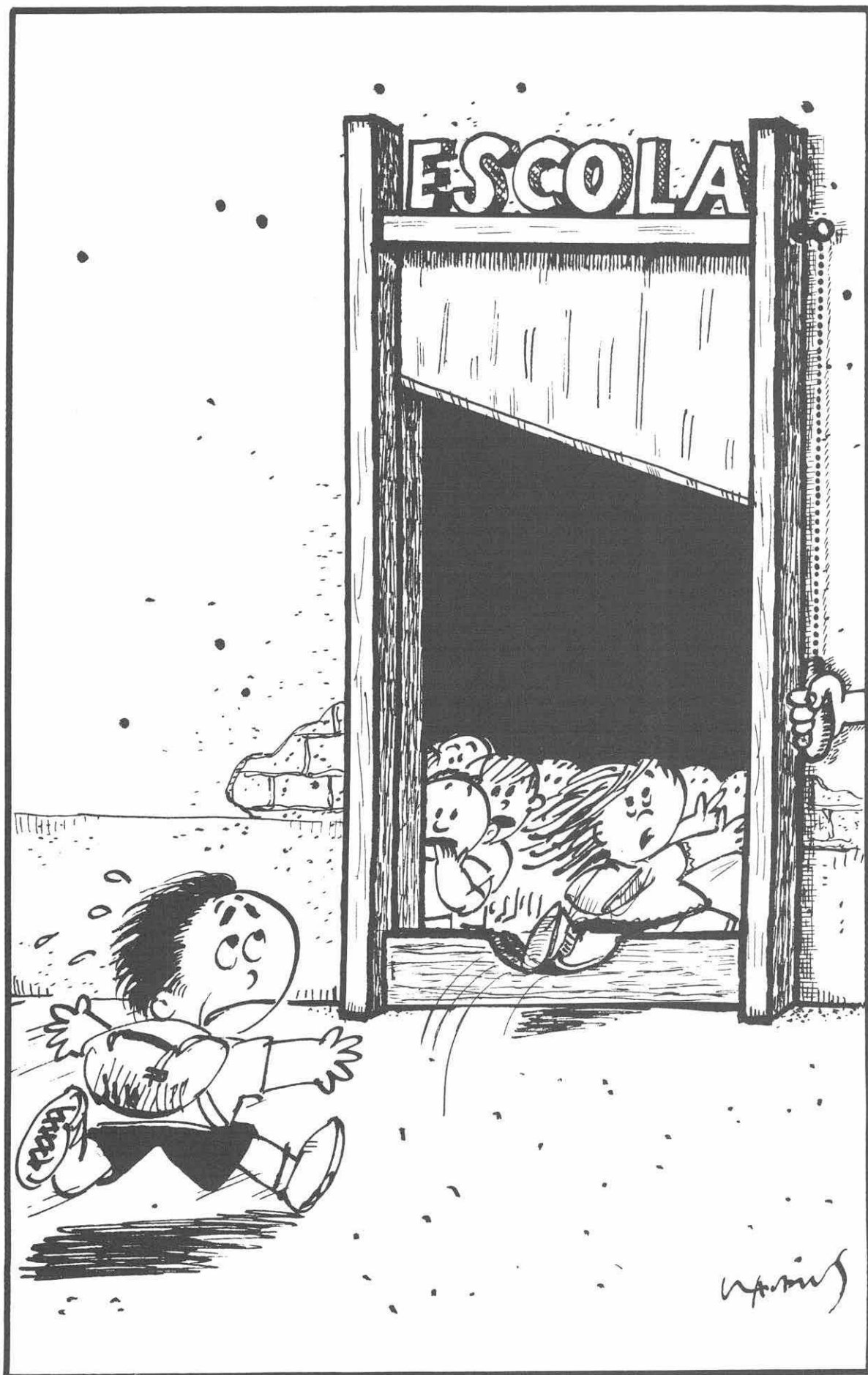
6	"FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS", onde estão reunidas várias ações do poder municipal, com a participação de diferentes órgãos e entidades públicas e privadas destinadas a viabilizar os projetos da administração.	Pg. 35
----------	--	--------

7	"DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO ENSINO", onde estão relacionadas as diferentes formas de gestão democrática do sistema do ensino, desenvolvidas pelos administradores que procuraram tornar os serviços públicos mais ágeis e eficazes.	Pg. 41
----------	---	--------

As propostas e ações que aqui se apresentam serão, certamente, utilizadas de diferentes maneiras - cada município fará opções por diferentes alternativas, adequando-as à sua realidade ou reagrupando-as de acordo com o seu contexto.

Ao fazer uso das sugestões arroladas, convém lembrar que:

- medidas pontuais, descoladas de uma política educacional mais ampla, não levam a mudanças efetivas. As medidas aqui apresentadas foram isoladas somente para fins desta apresentação.
- embora medidas emergenciais sejam em alguns casos necessárias, a ação preventiva deverá ser sempre priorizada, pois seus resultados são mais eficazes.
- o envolvimento da comunidade é de fundamental importância.



E AS CRIANÇAS? TODAS TÊM ESCOLA ?

1

Imagine um município onde todas as crianças vão à escola. Imagine um município onde essas crianças aprendem e são bem sucedidas na escola. Imagine um município onde todos (autoridades, pais, professores, empresários) se empenham em construir uma escola pública de qualidade e atingem este objetivo.

Esse município pode ser o seu.

A educação é direito de todos e dever do Estado, assim diz nossa Constituição. Mas, e na prática ? Como atrair todas as crianças para a escola, fazer com que lá permaneçam e progridam ? As portas da escola precisam ser abertas pela Prefeitura, a quem compete, constitucionalmente, em regime de colaboração com a União e o Estado, assegurar à população o ensino fundamental e pré-escolar.

Muitas crianças ficam fora da escola porque não há vagas, e aí se fecha o círculo vicioso da ineficiência do ensino. Não há vagas porque o índice de repetência é muito elevado e o índice de repetência é elevado porque o ensino é ineficiente. Assim, um dos primeiros passos para criar vagas e abrir as portas para um maior número de alunos pode ser dado, “simplesmente” com a melhoria do ensino. Diminuir as taxas de reprovação e aumentar a motivação, será tão difícil assim?

O QUE FAZER ?

☐ Fazendo um diagnóstico da demanda escolar no município:

● Identificar a clientela em potencial e a que já está sendo atendida; a capacidade da rede pública (municipal e estadual) e a distribuição da população escolar nas diferentes regiões do município, através de:

- reuniões com a comunidade;
- questionários e entrevistas junto às famílias;
- convocação das famílias com filhos em idade escolar, através dos meios de comunicação locais (cartazes, outdoors, rádio, jornal, emissora de TV), para fazerem inscrição antecipada na escola pública mais perto de suas casas;
- censo ou cadastramento escolar, em cooperação com órgãos informatizados da Administração Pública (estadual e municipal).

☐ Racionalizando o uso dos espaços no atendimento à demanda:

● Mapear a distribuição das escolas e das vagas das redes Municipal e Estadual, relacionando-as com a demanda real.

● Definir os módulos de número de alunos (mínimo e máximo) para garantir a qualidade do ensino.

● Ampliar o número de vagas, sempre que necessário, mesmo que para isso seja preciso adotar, emergencialmente, soluções alternativas, enquanto não há recursos para expandir a rede de escolas. É importante contar com a participação da comunidade, a qual poderá indicar os espaços a serem utilizados: salão paroquial, galpões, casas não habitadas, etc.

● Construir novos prédios escolares nos locais onde o diagnóstico apontou a existência de crianças sem escola.

● Manter, nas regiões periféricas, dentro de um nível mínimo de racionalidade, classes multisseriadas, garantindo o desenvolvimento de um trabalho pedagógico de qualidade através de:

● supervisão e assessoria pedagógica permanente aos professores;

● utilização de metodologia e estratégias que estimulem o interesse e favoreçam a participação de todos os alunos da classe, independentemente de seu grau de escolaridade;

● material didático e jogos pedagógicos diversificados que atendam à variedade de interesses decorrentes das diferenças de faixa etária e nível de escolaridade;

● monitoria de cursos à distância, proporcionados pela TV educativa.

● Agrupar a clientela das escolas com poucos alunos da periferia e/ou zona rural, concentrando-os em escolas maiores, melhor dotadas e bem localizadas. No entanto, é importante considerar que a escola é uma conquista da comunidade e que o seu fechamento pode representar uma ameaça às relações comunitárias, gerando forte resistência da população local. Uma alternativa seria manter em funcionamento as séries iniciais nas localidades periféricas de baixa densidade populacional e organizar, paralelamente, um sistema de transporte gratuito, para garantir o deslocamento dos alunos e dos professores das demais séries para as escolas-núcleos. De qualquer forma, esta medida precisa do apoio da comunidade e, portanto, deve ser precedida de reuniões com os moradores e professores para conscientizá-los dos ganhos que terão a nível de qualidade de ensino.



Garantindo a permanência das crianças na escola:

● Garantir o deslocamento dos alunos e professores de suas localidades para as escolas, fornecendo-lhes transporte gratuito, seja através da própria municipalidade, seja através de vales-transporte ou passes escolares.

● Respeitar as características da comunidade, adequando a ela o calendário escolar:

1 - Nas zonas rurais onde os diferentes ciclos da produção agrícola requerem, em alguns momentos, o trabalho das crianças, o calendário

escolar pode ser ajustado a essa sazonalidade. A municipalidade pode fazer uso de algumas alternativas:

● considerar férias escolares o período destinado à colheita, compensando o ano letivo nos demais meses;

● as escolas podem funcionar em regime de alternância, no qual os alunos alternam períodos de atividades concentradas na escola, com períodos de atividades em casa e na comunidade, o que lhes possibilita continuar sendo força de trabalho no campo, sempre que necessário.

2 - Nas regiões de população de baixa renda, e com grande número de crianças na rua, é interessante oferecer um atendimento escolar contínuo. Para tanto, a municipalidade poderá proporcionar:

● atividades de reforço, recuperação e mesmo de lição de casa, desenvolvidas nos espaços ociosos da escola (salas de aula, pátio, refeitório, etc.) ou da comunidade (salão paroquial, centro comunitário, creche, etc.), sob a supervisão de um monitor, que tanto pode ser um professor habilitado quanto um aluno do curso de magistério, ou um professor leigo, desde que devidamente assistidos e orientados;

● cursos profissionalizantes que favoreçam a inserção do

adolescente no mercado de trabalho, desenvolvidos em cooperação técnica com instituições públicas ou privadas, em oficinas de trabalho localizadas na própria escola, na comunidade ou em empresas privadas, sob a supervisão de um profissional ou técnico devidamente habilitado;

- atividades culturais em oficinas ou “ateliês”, em espaços cedidos pela administração pública e/ou pela comunidade, onde crianças e jovens se reúnem para desenvolver atividades de resgate do folclore regional (dança, canto), praticar marcenaria, cerâmica ou atividades de caráter esportivo (voleibol, futebol, tênis de mesa etc.), sob a supervisão de um artista-oficineiro ou de profissional qualificado;

- atividades escolares sem interrupção no período de férias, com a possibilidade de ingresso do aluno em qualquer época do ano, sem nenhuma exigência para a matrícula. Esta alternativa está diretamente relacionada à organização modular do ensino e pode ser utilizada combinando-se a jornada diária escolar com um período de atendimento às necessidades e características do aluno e/ou da comunidade, conforme as alternativas anteriormente descritas.



Evitando a repetência e a evasão:

- Redefinir os critérios de avaliação, de forma que ela deixe de ser confundida com medida, instrumento de repressão e seletividade, tornando-se eminentemente diagnóstica, ou seja, um momento do processo de ensino-aprendizagem no qual aluno e pro-

fessor refletem sobre os resultados de seus trabalhos e tomam as medidas necessárias para favorecer seu progresso pessoal.

- Proporcionar alternativas de organização do ensino fundamental que eliminem a rigidez das séries e levem em consideração o conhecimento acumulado. Por exemplo:

- eliminar a reprovação entre as séries iniciais (1ª e 2ª séries ou 1ª, 2ª e 3ª séries), de modo a proporcionar ao aluno mais tempo para construir os conhecimentos necessários à sua educação básica;

- ampliar a oferta de classes de pré-escola para crianças de 6 anos de idade, integrando-as, pedagogicamente, às duas séries iniciais do ensino de 1º grau, formando, assim, um bloco único e contínuo, que assegure ao aluno o tempo necessário para superar suas dificuldades, de acordo com seu ritmo próprio de aprendizagem;

- organizar o ensino dos conteúdos curriculares, distribuindo-os em módulos, ao longo do curso, de forma a oferecer o tempo necessário para que os alunos ultrapassem as dificuldades e incorporem os conhecimentos. A promoção ocorre ao final de cada etapa ou módulo vencido, independente da época do ano. Essa alternativa permite à criança ingressar e retomar a escola a qualquer momento. Essa flexibilidade na organização do ensino é especialmente adequada às escolas da zona rural, onde a sazonalidade do plantio e da colheita levam o aluno a deixar a escola em alguns períodos do ano letivo para ajudar a família nas lidas do campo. O ensino por

módulos beneficia, também, os meninos que trabalham na rua para complementar o orçamento doméstico de suas famílias e têm, por este motivo, frequência irregular na escola.

- Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, garantindo períodos de reforço ou recuperação contínua aos alunos com dificuldades, seja no próprio horário escolar, ou em outros especialmente destinados a esse fim.

☐ **Garantindo a extensão da escolaridade:**

- Assegurar o ensino de 5^a a 8^a séries, nas zonas rurais ou em regiões periféricas de baixa densidade populacional, através de medidas que possibilitem a racionalização de espaços e economia de recursos tais como:

- preparar professores polivalentes de 1^a a 4^a séries para atuarem como monitores de programas de ensino a distância da TV educativa, para as séries finais do ensino fundamental;

- oferecer as séries finais do 1^o grau nos núcleos de maior densidade populacional e com maiores recursos, garantindo o transporte gratuito para o deslocamento dos alunos;

- criar escolas agrícolas em parceria com a comunidade, que poderá colaborar na própria construção do prédio, em regime de mutirão. Esta alternativa tem a vantagem de evitar o êxodo rural das famílias em busca de escola, desenvolver o conhecimento sobre a realidade do campo e otimizar o trabalho agrícola a partir dos conhecimentos adquiridos e

construídos na escola.

- Desenvolver um programa de integração entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município, visando ampliar o número de salas de aula para as séries finais do ensino fundamental.

☐ **Integrando Pré-Escola e Ensino de 1^o Grau:**

- Ampliar a rede de escolas de Educação Infantil, de forma a proporcionar atendimento gradativo a todas as crianças de baixo nível sócio-econômico na faixa etária pré-escolar.

- Fornecer às escolas infantis materiais pedagógicos e mobiliários próprios à faixa etária atendida.

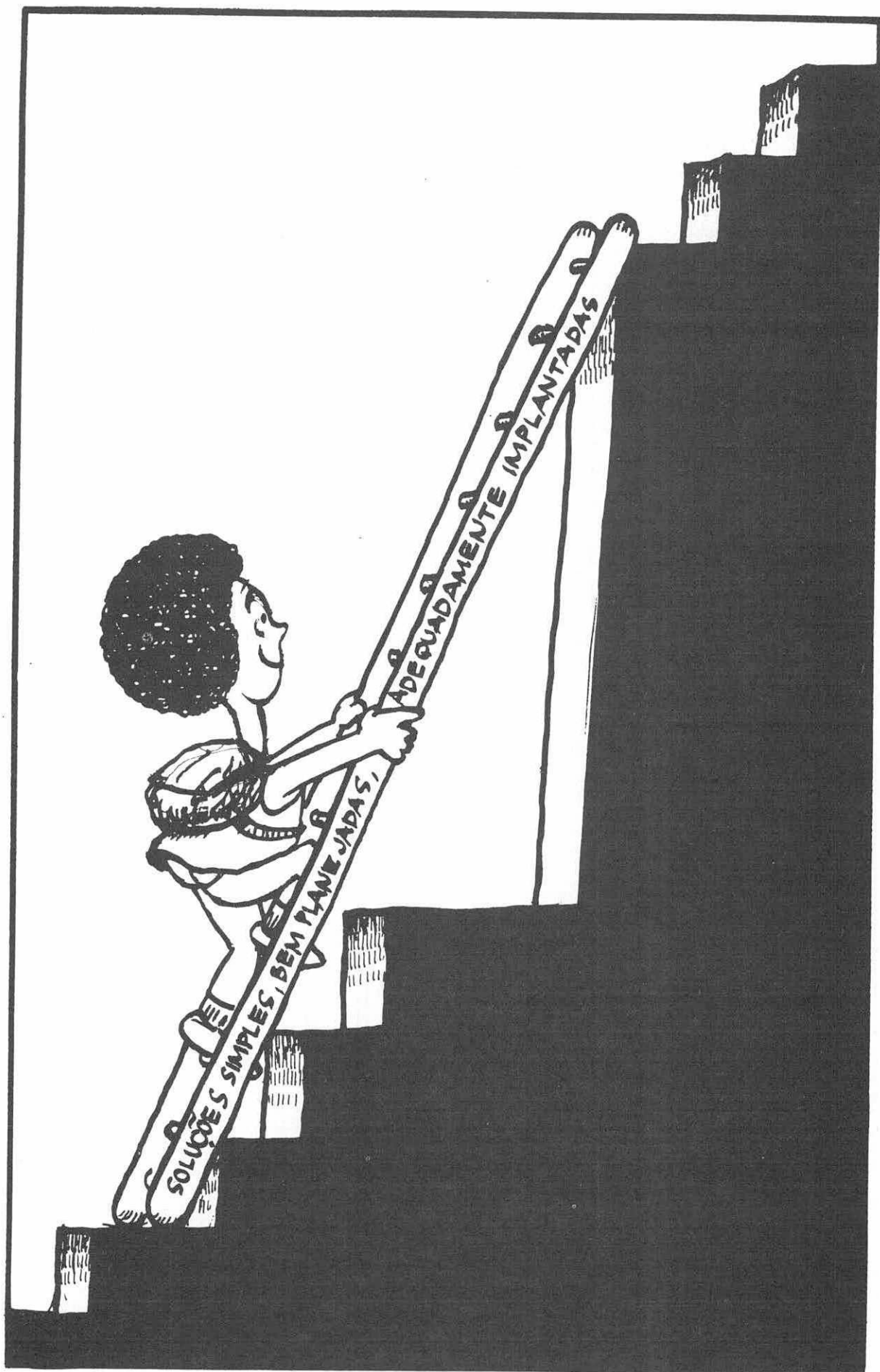
- Dotar as escolas infantis de professores e pedagogos qualificados e especializados nessa modalidade de ensino.

- Desenvolver uma política de atualização e de formação contínua desses profissionais.

- Promover encontros e proporcionar momentos de integração entre os profissionais da pré-escola e os professores das séries iniciais do 1^o grau.

- Proporcionar às crianças pré-escolares atividades que, de forma lúdica e agradável, desenvolvam sua socialização e afetividade e contribuam para a construção de seus conhecimentos.

- Integrar as classes da faixa etária de 6 anos às classes de 1^a série, de forma a proporcionar-lhes uma experiência continuada de ensino-aprendizagem.



MELHORANDO AS CONDIÇÕES DO ENSINO

2

Se a primeira preocupação do dirigente municipal deve ser a de garantir o acesso ao ensino básico a todas crianças em idade escolar, o passo seguinte deve ser com a qualidade do ensino oferecido. Não basta levar as crianças à escola. É preciso oferecer-lhes um espaço adequado, onde se faça a aprendizagem de conhecimentos e habilidades essenciais à formação de cidadãos conscientes e preparados para participar e atuar na vida política, social e econômica de uma sociedade moderna e em constante transformação.

A qualidade do ensino proporcionado pela escola pode ser avaliada por sua capacidade de fazer com que as crianças sejam bem sucedidas em sua formação escolar. Esse sucesso depende, fundamentalmente, do professor e do projeto pedagógico que ele desenvolve. É preciso considerar, no entanto, que a eficácia de qualquer projeto começa pelo conhecimento sobre o aluno e sobre a realidade sócio-econômica da qual ele faz parte.

Assim, universalizar a educação básica e melhorar sua qualidade são formas de reduzir as desigualdades, promovendo as condições necessárias para que todos possam ter oportunidade de adquirir padrões mínimos de aprendizagem. A esses desafios o dirigente municipal precisa responder com ações concretas que não implicam, necessariamente, em ambiciosas reformas. Soluções simples e bem planejadas, se adequadamente implantadas, podem alcançar resultados bastante satisfatórios.

O QUE FAZER ?

☐ Investindo no principal agente do ensino: o professor

- Oferecer condições de formação continuada, valorizando o papel do supervisor/assessor enquanto agente facilitador e dinamizador do processo de aprimoramento do trabalho do professor.
- Aproveitar o potencial dos professores mais experientes, estimulando-os e oferecendo-lhes condições para que possam apoiar e trocar experiências com seus pares.
- Garantir a supervisão e assessoria pedagógica das pequenas escolas rurais e/ou da periferia, dotando-as de um supervisor/coordenador que se responsabiliza por um grupo de escolas e/ou de professores, orientando-os e assistindo-os na solução de seus problemas cotidianos, e atuando também como intermediário da proposta política educacional do município.
- Criar estratégias para que todos os professores, sejam eles de escolas da zona rural ou urbana, possam se beneficiar de todas as ações que visem seu aperfeiçoamento. Uma alternativa para possibilitar aos professores das escolas mais isoladas um momento de trabalho coletivo é reuni-los no dia do pagamento, quando, obrigatoriamente, deverão ir ao centro da cidade. Esses encontros, se previamente planejados, podem ser enriquecidos por:
 - estratégias de dinâmica de grupo, visando a integração e a participação ativa de todos os profissionais da educação;
 - subsídios com sugestões de atividades para as várias disciplinas do currículo;
 - incentivo à troca de correspondência sobre problemas de ensino entre os professores novatos e os mais experientes e/ou entre professores e supervisores.
- Garantir a presença permanente de um supervisor/coordenador pedagógico nas escolas com maior número de classes é uma medida que pode favorecer o desenvolvimento de um projeto pedagógico coletivo, devidamente assessorado, acompanhado e avaliado. Esse profissional pode, ainda, ser o intermediário da implementação das diretrizes da política educacional no município, adequando-as à realidade da escola.
- Transformar a escola em um ambiente democrático de aprendizagem, onde diretores e supervisores/coordenadores abandonam a função de fiscalizadores e assumem os papéis de facilitadores e assessores do professor e de seu projeto pedagógico. Nessa direção, a escola pode desenvolver um trabalho coletivo, através de:
 - reuniões da equipe técnico-pedagógica com o Conselho da Escola, para tratar de problemas

de interesse comum à escola e à comunidade;

- reuniões pedagógicas previamente cronogramadas, onde os professores, com a assessoria e coordenação da equipe técnica, possam ir construindo, coletivamente, o projeto pedagógico adequado à realidade da comunidade da qual a escola faz parte;

- reuniões sistemáticas entre os profissionais da escola, por afinidades de série e/ou disciplina, para reflexão e troca de experiências quanto aos conteúdos, metodologias e estratégias, na busca de soluções para os problemas de ensino-aprendizagem, visando proporcionar a todos os alunos o sucesso na aquisição dos conhecimentos e habilidades básicas.

- Proporcionar condições para que todos os professores possam ter acesso a informações atualizadas sobre conhecimentos gerais e específicos de sua área de ensino, bem como aos materiais e equipamentos didático-pedagógicos que tornem o ensino mais significativo e atraente para o aluno.



**Investindo no principal
agente da aprendizagem:
o aluno**

- Estimular o compromisso dos profissionais que atuam na escola com o ensino, a fim de que todas as crianças possam adquirir os

conhecimentos necessários para compreender e participar do mundo em que vivem.

- Oferecer ao aluno, a partir de sua realidade sócio-cultural e econômica, um ensino que lhe garanta a apropriação dos conteúdos mínimos, de modo a assegurar-lhe uma formação básica em nível nacional (leitura, escrita, cálculo, solução de problemas e conhecimentos de História, Geografia e Ciências).

- Enriquecer o currículo básico da escola com conhecimentos que ampliem a compreensão dos alunos sobre sua realidade cultural, econômica e política, de forma a possibilitar-lhes a participação efetiva na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

- Buscar uma metodologia que tenha, como ponto de partida, a realidade dos professores e dos alunos, relacionando o cotidiano das crianças a contextos mais amplos, tanto em termos espaciais como temporais, bem como o saber vulgar ao saber sistematizado, de modo a integrar e contextualizar os diversos componentes curriculares do ensino de 1º grau. Esta metodologia pode se desenvolver tendo por eixo uma disciplina ou um tema de interesse dos alunos.

- Desenvolver estratégias de ensino que favoreçam a participação ativa do aluno na construção de seu conhecimento, através da cooperação, do diálogo, do debate e da

crítica, numa interação mais ampla com o professor.

● Promover situações que possibilitem o engajamento das crianças em grupos diversificados, de modo que elas possam auxiliar-se mutuamente, construindo, assim, o espírito de cooperação e de responsabilidade mútua pela aprendizagem.



Propiciando condições adequadas de aprendizagem:

● Prolongar o tempo de permanência da criança na escola, por meio do aumento do número de dias letivos ou da ampliação da carga horária diária, de modo a favorecer a aquisição de conhecimentos e diminuir os índices de evasão e reprovação.

● Redefinir os critérios de avaliação num novo projeto de educação, a fim de que esta deixe de se constituir num mecanismo de seletividade e exclusão, para se tornar o diagnóstico que possibilita ao professor refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem e adotar as medidas adequadas, de modo a favorecer o progresso individual de cada aluno e da classe como um todo.

● Respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem, garantindo aos alunos que apresentam maior dificuldade períodos de reforço ou recuperação contínua, seja no próprio horário escolar ou em outros especialmente destinados a este fim.

● Adotar medidas gerais de flexibilização da organização do ensino fundamental, de modo a

proporcionar alternativas que eliminem a rigidez das séries e da formação das turmas de alunos, e levem em consideração o conhecimento acumulado, evitando, assim, a repetência e a evasão. Várias opções podem ser adotadas:

● organizar as classes em turmas heterogêneas, evitando rótulos “fracos”, “fortes”, “repetentes”, “novos”, etc. O professor deve estar preparado para tirar o maior proveito dessa organização, incentivando a participação ativa dos alunos e estimulando os que sabem mais a ajudar os colegas com mais dificuldades;

● eliminar a reprovação entre as séries iniciais (1ª e 2ª séries ou 1ª, 2ª e 3ª séries), de modo que o aluno possa dispor de mais tempo para construir os conhecimentos necessários à sua educação básica;

● ampliar a oferta de classes de pré-escola para crianças de 6 anos de idade, integrando-as às duas séries iniciais do ensino de 1º grau, formando, assim, um bloco contínuo e único que assegure ao aluno o tempo necessário para superar suas dificuldades, de acordo com seu ritmo de aprendizagem;

● organizar o ensino dos conteúdos curriculares, distribuindo-os em módulos ao longo do curso, de forma a oferecer o tempo necessário para que os alunos ultrapassem as dificuldades e incorporem os conhecimentos. A promoção ocorre ao final de cada etapa ou módulo vencido, independente da época do ano. Essa alternativa permite ao aluno ingressar na escola a qualquer momento.



Enriquecendo os espaços de ensino-aprendizagem na escola:

● Criar estratégias diversificadas e adequadas à realidade local, de forma a proporcionar a todas as crianças o acesso e uso do material pedagógico e dos recursos didáticos e audiovisuais que possam estimular a aprendizagem e tornar o conhecimento mais significativo:

- fazer uso de livros didáticos e de literatura, além de outros materiais de leitura (jornais, revistas, cartazes, etc.), que poderão estar organizados na própria sala de aula ou em outro espaço da escola, constituindo-se em uma sala de leitura ou biblioteca;
- otimizar os recursos existentes, criando espaços que possam vir a se constituir em salas-laboratório, destinadas às atividades de estudo, de observação, experiência, etc;
- enriquecer as aulas de Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais e Ciências, fazendo uso de material pedagógico (livros, mapas, blocos lógicos, jogos pedagógicos, etc.) que poderão ser adquiridos, quando houver recursos, ou confeccionados pelos professores e alunos;
- incentivar e orientar os alunos a coletar e reunir sucata ou material

existente na região (pedras, conchas, animais, vegetais, etc.), que podem ser classificados e organizados, criando-se, assim, um pequeno museu ou laboratório.



Criando espaços alternativos na comunidade para o enriquecimento da aprendizagem:

● Criar ou implementar bibliotecas em locais de fácil acesso, transformando-as em polo de atração para as crianças, que poderão ali realizar atividades de leitura recreativa ou de pesquisa, sob a orientação do professor ou de outro profissional. Outras atividades culturais também poderão ser desenvolvidas nesse espaço, tais como: dramatizações, teatro, hora do conto, etc.

● Organizar uma biblioteca circulante no interior de um meio de transporte (ônibus, peruas, caminhonetes, etc.), que poderá circular pelas diversas regiões do município, de forma a atender as escolas e a própria comunidade.

● Aproveitar espaços disponíveis na comunidade, reunindo ali materiais e equipamentos, de forma a transformá-los em centros culturais, tais como teatro, biblioteca, sala de exposições, sala de música e outros.



MELHORANDO AS CONDIÇÕES DA ESCOLA

A valorização da escola como instrumento de apropriação do saber é o melhor serviço que se presta aos interesses populares, já que a própria escola pode contribuir para eliminar a seletividade social... (Libâneo).

Para a maioria das crianças brasileiras, a escola representa o único espaço possível de acesso aos conhecimentos universais e sistematizados, necessários ao desenvolvimento de sua identidade social e cultural. Enfim, é na escola que o aluno tem a oportunidade de apropriar-se dos instrumentos que lhe permitem a participação crítica e ativa na sociedade, fundamentais para o exercício pleno de sua cidadania.

O espaço escolar, quer seja um prédio planejado e edificado especialmente com essa finalidade, quer seja um local alternativo e emergencial para abrigar uma escola, deve ter um aspecto agradável e um ambiente estimulador.

Valorizar a escola significa, também, dotar alunos e professores de recursos pedagógicos essenciais tais como livros e cadernos e de materiais que possibilitem a produção de outros materiais pedagógicos tais como tintas, cartolinas, papéis, stencil, mimeógrafo, xerox, etc.

É importante lembrar, ainda, que o uso de materiais didáticos diversificados tais como mapas, cartazes, livros de literatura, revistas, jogos pedagógicos, vídeos e retroprojetores tornam a escola mais atraente e o ensino mais significativo.

O QUE FAZER ?



Dotando as escolas de recursos pedagógicos:

● Criar um programa que possibilite à municipalidade, de acordo com os recursos financeiros disponíveis, ir, gradativamente, dotando suas escolas dos materiais pedagógicos e recursos didáticos diversificados necessários à melhoria da qualidade de ensino:

- equipar as escolas com materiais permanentes tais como: mimeógrafos, ventiladores, estantes para biblioteca, aparelhos de som, TV, vídeo, retroprojetores, etc.;

- criar ou implementar bibliotecas escolares ou salas de leitura com livros, jornais, revistas, acervo de fitas de vídeo, e outros. A comunidade e os alunos podem ser estimulados a colaborar com o enriquecimento desse acervo através de campanhas, gincanas, etc.;

- dotar as unidades escolares de recursos tecnológicos de informática e audio-visuais, criando um laboratório ou oficina de trabalho, onde professores e alunos possam aprender a tirar o melhor proveito para suas aulas.



Fazendo da escola um lugar aberto, alegre e agradável:

● Desenvolver, junto à população local e entre os agentes diretamente envolvidos com a escola (alunos, professores, funcionários, pais) a consciência de que a escola é

propriedade da população e que conservá-la e mantê-la deve ser preocupação de todos.

● Abrir a escola à comunidade, que poderá utilizá-la, nos períodos em que não há aula, para realizar encontros, festas, jogos, etc.

● Construir ou reformar escolas, observando um padrão que garanta os espaços essenciais ao desenvolvimento de um projeto educacional que favoreça as interações entre os alunos e entre os professores, bem como de alunos e professores entre si, proporcionando:

- salas de aula espaçosas, bem iluminadas e ventiladas;

- espaços que possam ter uso variado: projeção de filmes, dramatizações, refeitório, palco de atividades que envolvem toda a escola;

- ambientes que favoreçam o funcionamento de laboratórios e atividades de arte, de música, de esporte, teatro e outros.

● Dotar as salas de aula de mobiliário que facilite seu arranjo para trabalhos em pequenos grupos, grupos maiores, bem como para trabalho individual.

● Organizar, nas salas de aula, cantos ou “ateliês” com viveiros de plantas, pequenos animais e insetos, materiais de leitura, materiais de sucata, pintura e desenho, onde os alunos possam realizar, individualmente ou em pequenos grupos, experiências, atividades de obser-

vação e de pesquisa, bem como de imaginação e criação.

☐ **Possibilitando condições iguais de trabalho a todos os alunos:**

● Garantir, a todos os alunos, o material pedagógico mínimo necessário à sua participação no processo de ensino-aprendizagem: lápis, caderno, borracha, livros e, no caso das escolas rurais, instrumentos agrícolas. Os professores poderão dar um caráter pedagógico à distribuição do material, estabelecendo, com as classes, as regras para seu uso.

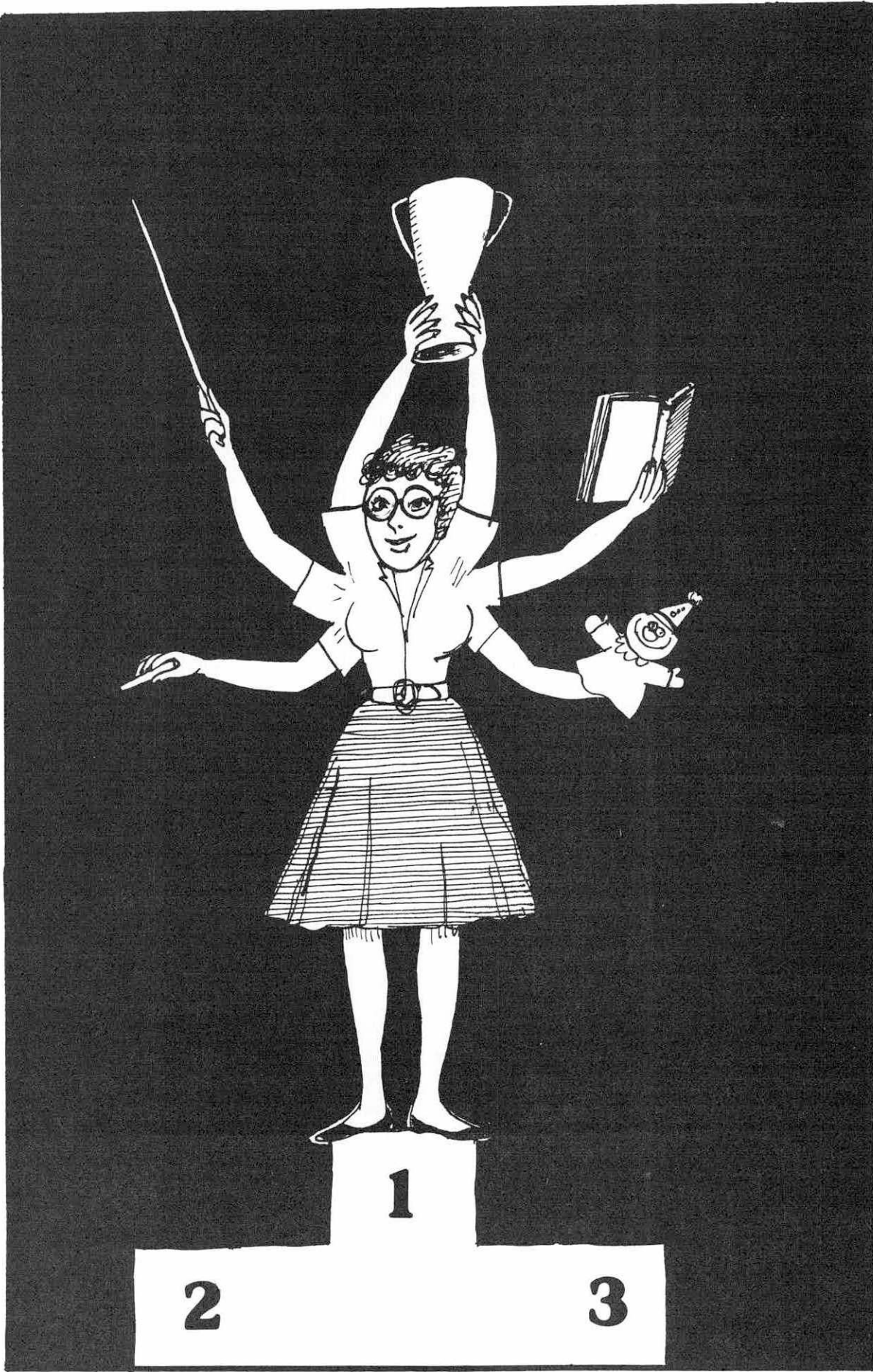
● Fornecer às crianças, na medida dos recursos financeiros disponíveis, jogos pedagógicos, kits de ensino e material esportivo (bola, corda, arco, etc.), para uso coletivo

em atividades dirigidas ou de livre escolha.

☐ **Desenvolvendo políticas complementares:**

● Garantir o deslocamento das crianças e dos professores para a escola, principalmente os da zona rural e periférica, através de transporte municipal ou de fornecimento de vale ou passe escolar gratuito, vale-transporte, etc.

● Viabilizar o atendimento médico, psicológico e odontológico, bem como nutricional dos alunos, através dos órgãos municipais responsáveis pela prestação desses serviços ou pela concretização de convênios, nos âmbitos federal e estadual, com as instituições responsáveis pelo repasse de recursos.



VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

4

Novos projetos pedagógicos...Melhoria da qualidade de ensino... Democratização do acesso... Permanência do aluno... Reversão dos perversos índices de reprovação...

Essas são medidas que dependem obrigatoriamente da mediação do professor. É ele, portanto, a chave do sucesso da implementação de qualquer política educacional.

Contudo, para exercer o seu papel com competência, é fundamental que o professor domine os conteúdos com os quais trabalha. Mas, isso não basta! É necessário que ele também domine as formas de transmissão desses conhecimentos e, principalmente, que seja capaz de relacionar a experiência de vida dos alunos ao conhecimento universal sistematizado, de despertar neles outras necessidades de aprendizagem e de estimulá-los a participar ativamente do processo de ensino, preparando-os, assim, para o pleno exercício da cidadania.

É fundamental, portanto, que o poder público valorize e apóie o professor, proporcionando-lhe condições de profissionalização, através de um plano de carreira e piso salarial digno, bem como através de uma política de formação em serviço.

Os municípios que buscaram reverter o círculo vicioso da repetência, evasão, má qualidade do ensino e desperdício dos recursos públicos destinados à educação tiveram, em comum, a preocupação com a valorização e com a formação continuada dos quadros do magistério. Vontade e decisão política foram fundamentais para fazer valer alguns princípios já reconhecidos pela sociedade e consagrados na atual Constituição Federal, Estadual e Lei Orgânica dos Municípios, dentre eles: planos de carreira; piso salarial profissional digno e concurso público de provas e títulos para ingresso no magistério.

O QUE FAZER ?



Criando um Plano de Carreira ou Estatuto do Magistério:

● Para organizar ou reorganizar o quadro do magistério municipal é preciso, antes de tudo, fazer um bom diagnóstico, avaliando a situação concreta do município. Quais os recursos humanos já existentes? Como compatibilizar os recursos humanos disponíveis com as necessidades educacionais do município? Que montante de recursos financeiros poderá ser destinado ao pessoal do magistério? Onde estão os professores: na sala de aula ou em desvio de função, realizando trabalhos burocráticos? Que medidas legais são necessárias para regulamentar a situação profissional do magistério?

● É possível melhorar substancialmente os salários dos educadores sem aumentar a folha de pagamento, fazendo um levantamento para verificar a existência ou não de profissionais alocados fora de sua função. A racionalização dos recursos humanos existentes, devolvendo os professores às salas de aula e/ou remanejando o pessoal e evitando manter os excedentes, pode contribuir para universalizar o acesso de todos à escola, sem aumentar o número de professores.

● Para organizar o plano de carreira do magistério é recomendável:

- definir, com clareza, os cargos e funções que integram a carreira do magistério. Especificar a

formação e qualificação necessárias ao desempenho de cada um deles;

- estabelecer critérios para viabilizar, periodicamente, concursos públicos de provas e títulos, garantindo o ingresso de profissionais habilitados;

- especificar a jornada de trabalho diário e semanal, os critérios para remoção, férias, bem como os demais direitos e deveres do funcionário;

- definir os cargos da carreira que podem ser preenchidos por pessoal habilitado, pertencente ou não ao quadro do magistério municipal, bem como os critérios a serem utilizados: concurso público de ingresso ou acesso, por provas e títulos, eleição, etc;

- estabelecer o quadro de vencimentos, com avanços verticais e horizontais, que permitam a progressão funcional em termos salariais. Para tanto, podem ser considerados os seguintes aspectos: tempo de serviço, grau de habilitação ou qualificação, cursos de aperfeiçoamento, especialização, avaliação de desempenho, etc. Esta avaliação de desempenho pode estar diretamente relacionada ao grau de aproveitamento escolar dos alunos.



Desencadeando o processo de formação em serviço:

- Fazer um diagnóstico das características e das necessidades do

quadro de magistério, tendo por objetivo a melhoria da prática docente e, conseqüentemente, do ensino oferecido.

● Elaborar um programa de formação em serviço que priorize e atenda aos diferentes aspectos e necessidades do exercício profissional do magistério. Propiciar a qualificação/habilitação, visando a regularização e progressão funcional na carreira, bem como a capacitação, atualização ou formação continuada, visando a melhoria do desempenho profissional do professor.

● Viabilizar os programas de formação em serviço, através da criação de mecanismos que possibilitem e estimulem a participação dos educadores, tais como:

- oferecer bolsas de estudos;
- facilitar os meios de transporte (passe escolar, vale-transporte, auxílio financeiro);
- considerar a participação em programas de formação para fins de progressão na carreira.

● Proporcionar horas de trabalho remunerado para garantir momentos de trabalho coletivo na própria escola ou em núcleos que reúnam várias escolas.

● Garantir, no calendário ou plano escolar, momentos de reunião para estudo, reflexão, troca de experiências, planejamento, etc.

● Viabilizar assessoria e apoio pedagógico constante e permanente em níveis local e regional.

● Buscar estratégias que permitam ao órgão municipal de educação desenvolver um programa adequado de formação em serviço utilizando-se de:

- seu próprio pessoal técnico;
- cooperação técnica com órgãos de educação federal ou estadual;
- parceria com universidades ou outras instituições públicas e privadas.



Proporcionando qualificação funcional aos professores leigos:

● Criar condições para que os professores leigos possam regularizar sua situação funcional adquirindo, assim, os mesmos direitos de seus colegas habilitados, através de:

- subsídio de transporte e/ou bolsas de estudo que possibilitem o acesso ao curso de magistério no próprio município ou em municípios vizinhos;
- consórcio entre municípios vizinhos para criação de curso de magistério de nível médio;
- convênios com instituições governamentais e/ou universidades para viabilizar cursos a distância. Neste caso, podem ser utilizados fascículos de estudo dirigido, combinados com programas de rádio e/ou TV, com períodos de frequência obrigatória e exame final para expedição de diploma reconhecido pelo Conselho de Educação Fe-

deral ou Estadual.



Possibilitando uma formação permanente, sistemática e organizada:

● Criar um programa de formação continuada que possibilite ao professor reunir-se com seus colegas, regularmente, de modo a discutir os problemas de sua prática docente, estudar e refletir sobre as questões de ensino, buscando soluções que levem os alunos a aprender mais e melhor. Este programa poderá se desenvolver:

- na própria escola, em horários previamente estabelecidos, destinados apenas à equipe escolar organizada sob diferentes critérios: série, área de estudo, temas, etc., com a coordenação e assessoria de um supervisor ou de um professor com experiência e qualificação reconhecidas pelos seus pares;
- em núcleos locais, reunindo as equipes pedagógicas de duas ou mais escolas próximas que apresentem características e necessidades comuns, sob a coordenação de um supervisor/assessor;
- em núcleos regionais ou nas chamadas oficinas pedagógicas, onde os professores da região poderão se reunir em grupos por série, disciplina ou tema, sob a orientação de um especialista ou de um assessor pedagógico, onde, também, tenham acesso a recursos audiovisuais, materiais didáticos, pedagógicos, bem como a possibilidade de empréstimo e produção de material didático. Esses núcleos podem funcionar no órgão local de ensino, quando

este existir, ou em salas ociosas de escolas, em espaços cedidos pela municipalidade, pela comunidade ou pela iniciativa privada local. Este pode ser um local privilegiado, onde os professores estarão com seus pares refletindo e discutindo suas dificuldades e buscando soluções para os problemas do cotidiano escolar. Poderá ser, também, o espaço destinado à formação continuada do professor, onde cursos, palestras e encontros possam ocorrer sistematicamente ao longo do ano.



Criando uma oficina pedagógica, ou laboratório de ensino:

● Para implantar uma oficina pedagógica é necessário organizar uma equipe constituída de professores especialistas da área, supervisores/coordenadores, docentes com experiência reconhecida em alfabetização e em outros assuntos de interesse do ensino. Essa equipe poderá ser recrutada dentro do próprio quadro do magistério local e seus elementos podem ser permanentes ou temporários, de acordo com as necessidades do órgão.

● Dotar o local utilizado com os recursos didático-pedagógicos mínimos necessários ao seu funcionamento, enriquecendo-o gradativamente na medida dos recursos disponíveis, e/ou daqueles obtidos através das parcerias e alianças.

● Facilitar o acesso dos professores a esses núcleos, adotando medidas que o viabilizem como, por exemplo, a localização do núcleo nas

proximidades das escolas, transporte gratuito para professores em horários de frequência regulamentados e remunerados, etc.

Criar um órgão central especialmente destinado à capacitação e aperfeiçoamento do magistério municipal. Este espaço poderá proporcionar orientação e apoio de especialistas aos professores. Programar reuniões, encontros, seminários e eventos, reunindo os profissionais do ensino sob vários critérios. Poderá, também, proporcionar material de apoio técnico e bibliografia de consulta, bem como coordenar os trabalhos dos núcleos regionais.



Organizando uma Estrutura de Apoio Institucional do Município:

● Garantir o desenvolvimento e a continuidade de ações voltadas à formação dos quadros do magistério através de:

- cooperação técnica e financeira com a União e/ou Estado (garantidos em Legislação);

- parcerias com órgãos e instituições locais, regionais, estaduais e federais e até mesmo Organizações Não Governamentais - ONGs, para viabilizar o acesso aos conhecimentos universais e novas tecnologias para os quadros do magistério.



Fazendo um diagnóstico dos recursos do município:

● Considerar os recursos humanos que possuem habilidades, conhecimentos e experiências suficientes, para integrar uma equipe

de assessoria técnico-pedagógica para o desenvolvimento dos programas de capacitação.

● Verificar quantas e quais escolas possuem equipes técnico-pedagógicas com condições de desenvolver um programa de formação em serviço, de modo a atender as necessidades de suas próprias unidades escolares, assim como das escolas da localidade e/ou da região, nos encontros locais, nas oficinas (laboratórios de ensino), e a nível do órgão central de educação.

● Verificar a localização e a concentração das escolas (zona rural e zona urbana).

● Avaliar os espaços físicos disponíveis para reuniões em nível local e regional.

● Verificar com quais recursos materiais o município pode contar (bibliotecas, acervo de referências, rádio, TV, jornal, equipamentos audiovisuais e de informática, etc.).

● Considerar a cooperação com as universidades locais e regionais e outras instituições governamentais e não governamentais na implementação do programa de formação.

● Viabilizar reuniões periódicas dos técnicos do órgão central ou regional com os responsáveis por grupos de formação para avaliar e replanejar as ações ou buscar novos apoios.

● Garantir encontros periódicos entre assessores/supervisores, de forma a possibilitar-lhes a troca de experiências e o planejamento de material didático destinado aos professores, bem como a elaboração de roteiros de supervisão que poderão

ajudá-los a observar e orientar suas atividades em sala de aula.

- Planejar reuniões do supervisor/assessor com seus professores para analisar os problemas e dificuldades observados durante as visitas. Esses contatos também podem ser úteis para introduzir novos conhecimentos sobre o ensino-aprendizagem e para acompanhar o desenvolvimento de um projeto pedagógico. No caso dos professores de escola rural, o supervisor pode aproveitar o dia de pagamento, quando, obrigatoriamente, todos vão à cidade, para organizar os encontros. Se planejados previamente, esses momentos poderão proporcionar aos professores:

- oportunidade de trabalho coletivo para reflexão e troca de experiências;
- subsídios para orientar sua prática cotidiana;
- estudos de novas metodologias de ensino;
- orientação técnica e recursos didáticos de apoio e instrumentalização do trabalho pedagógico.



Diversificando ações de formação permanente:

- Cursos e oficinas de trabalho podem ser organizados por especialistas da própria rede municipal e abranger um amplo leque de assuntos, de modo a atender aos interesses dos educadores, como por exemplo: Leitura e Escrita, Matemática, Ciências, Estudos Sociais, etc.

- Boletins, folhetos, jornais e outros tipos de publicação podem ser produzidos pelas oficinas ou pelo órgão central de educação, para divulgar novas idéias, experiências bem-sucedidas e novos projetos pedagógicos.

- Biblioteca, laboratório, acervo de fitas e outros recursos pedagógicos auxiliares podem ser organizados em locais regionais ou centrais, bem como em oficinas pedagógicas para circulação e empréstimo entre os professores das várias escolas.

- Encontros, seminários, congressos e outros eventos podem ser proporcionados aos profissionais de educação e demais representantes da sociedade. Estes momentos podem propiciar a discussão de problemas da educação e a troca de experiências, favorecendo o surgimento de alianças e estimulando o compromisso dos professores com o seu aprimoramento profissional.



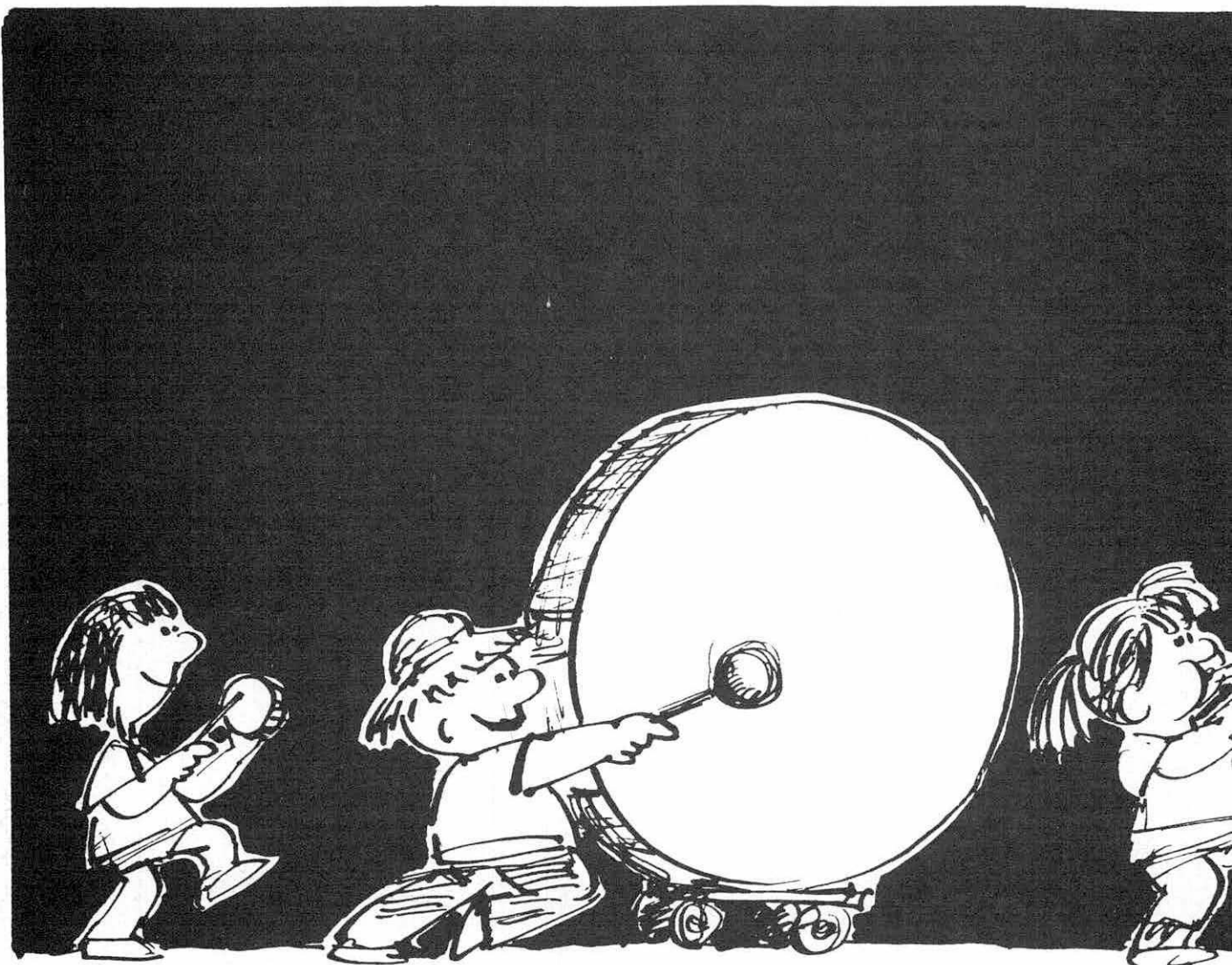
OFERECENDO OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS

5

Uma política social que prioriza a educação reflete-se em todas as esferas da vida da comunidade. A educação contribui para valorizar e intensificar a solidariedade entre cidadãos, abre novos horizontes no campo da saúde, do trabalho, do lazer, do esporte, da cultura e da economia em geral. Melhorar a qualidade de vida da população significa garantir a ela a escolaridade formal, promovendo, paralelamente, medidas destinadas a resgatar a história e a cultura do município, possibilitando, assim, aos jovens e adultos a aquisição dos conhecimentos e habilidades que lhes garantam uma participação ativa na sociedade e o pleno exercício de sua cidadania.

No entanto, na maior parte das vezes, os recursos são escassos e é indispensável agir com criatividade, estabelecendo parcerias e alianças para gerar novas fontes de financiamento. Nem sempre é necessário dispendar muitos esforços para alcançar os resultados esperados. Com frequência, estratégias simples mostram-se extremamente funcionais e soluções aparentemente óbvias abrem caminhos insuspeitos.

O QUE FAZER ?



Resgatando o respeito à arte, à cultura e à história do município:

- Desenvolver uma política de educação ambiental, envolvendo a escola e a comunidade na preservação e no respeito ao meio ambiente.
- Estabelecer, em convênios com as Secretarias de Esportes e de Cultura e/ou com Instituições Não Governamentais (ONGs), projetos que visem o resgate da arte e da

cultura popular através de:

- identificação dos artistas locais: músicos, poetas, artesãos, etc., visando a criação de núcleos culturais;
- estímulo à formação de oficinas ou escolinhas de teatro, dança, canto, marcenaria, cerâmica, etc., onde crianças e adolescentes possam se inscrever para realizar atividades de pesquisa junto aos artistas e a comunidade, a fim de reconstruir a história, o folclore, e o artesanato local, bem como



desenvolver suas próprias criações, sob a supervisão de um artista-oficineiro;

- incentivo à participação das crianças e jovens nos projetos culturais, através da concessão de bolsas de auxílio financeiro.



Adotando uma política educacional que possibilite ao jovem integrar-se de forma produtiva na sua comunidade:

- Desenvolver, em cooperação com as demais Secretarias do Município e do Estado, com Instituições Não Governamentais e com a comunidade, projetos voltados para o atendimento integral e a profissionalização do adolescente, proporcionando-lhe, sempre que possível, bolsa de auxílio financeiro. Entre as atividades que podem ser desenvolvidas, tendo em vista a inserção do adolescente no mercado de trabalho, destacam-se a organização de oficinas e cursos de acordo com as características de cada

comunidade. Por exemplo:

- na zona rural, os cursos podem possibilitar a aquisição dos conhecimentos técnicos e habilidades necessárias para o trabalho com a agricultura, com a apicultura, a criação de animais, etc.;
- na zona urbana, esses cursos podem destinar-se a desenvolver conhecimentos de: datilografia, mecânica, marcenaria, habilidades domésticas como bordado, corte e costura ou, ainda, aquelas necessárias ao exercício de ocupações não convencionais como gari, jardineiro, babá, guarda-mirim, etc.
- Planejar as atividades profissionalizantes integradas ao ensino formal, estabelecendo, como condição para a inscrição nas oficinas de trabalho, matrícula e frequência regular na escola.
- Coordenar e supervisionar o funcionamento das oficinas de trabalho através de órgão central ou local de Educação.
- Contratar profissionais e técnicos para ministrar os cursos e coordenar as oficinas.
- Administrar os projetos, organizando estratégias de comercialização dos produtos obtidos nas oficinas e cursos, de forma a viabilizar sua auto-sustentação.



Oferecendo oportunidades de continuidade de educação básica a todos:

- Realizar censo escolar para identificar os adolescentes e adultos não alfabetizados no município

através de :

- entrevistas domiciliares;
- pesquisas no cartório eleitoral e junto às lideranças comunitárias.
- Convocar os alunos através dos órgãos de comunicação locais, tais como:
 - carros de som;
 - cartazes afixados nos locais de reunião da comunidade: igreja, sindicatos, etc;
 - emissoras de rádio;
 - espetáculos teatrais que reproduzam de forma bem humorada situações de aprendizagem ao alcance do adulto.
- Mapear, a partir da pesquisa e dos resultados da convocação, os locais com maior número de interessados.
- Criar salas de aula nos locais indicados pelo mapeamento, utilizando os espaços disponíveis: salas ociosas das escolas no período noturno, em espaços provisórios adaptados em igrejas, salão paroquial, salas cedidas pelos moradores da comunidade, etc.
- Equipar as salas de alfabetização com o material didático mínimo necessário aos professores e alunos: giz, lousa, carteiras, cadernos, lápis, textos para leituras, complementando-o e enriquecendo-o na medida dos recursos disponíveis.
- Organizar as classes com um número de alunos adequado ao desenvolvimento de um trabalho pedagógico que possibilite atendimento individualizado.

● Recrutar profissionais devidamente habilitados. Na sua ausência, os alunos do curso de magistério podem assumir esse papel, desde que recebam treinamento e assessoria pedagógica permanentes.

● Planejar o trabalho de ensino de leitura e escrita a partir da realidade do aluno adulto e de seus interesses, utilizando, portanto, palavras e textos que lhe sejam significativos.

● Assegurar, através do órgão central ou local de educação, os

princípios básicos da educação de adultos, bem como assessoria pedagógica, supervisão e formação continuada aos profissionais desse ensino.

● Organizar o curso em módulos ou blocos correspondentes às séries do ensino básico, possibilitando aos alunos percorrê-los de acordo com seu ritmo próprio de aprendizagem. A promoção ocorre ao final de cada módulo ou bloco vencido, independente da época do ano.



FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS

6

Comprometer-se com a educação é um dever de todos. Juntos, e em estreita colaboração - o governo federal, estadual e municipal, a família e a sociedade - devem incentivar e promover as condições necessárias para que o direito à educação, reconhecido e ratificado na atual Constituição, não se torne letra morta.

Viabilizar um plano de desenvolvimento educacional, articulado entre as três instâncias do poder executivo, pode contribuir para minimizar as desigualdades sócio-econômicas e educacionais entre as diferentes regiões do país. Pode ser, ainda, um caminho para otimizar os recursos existentes, evitando a duplicidade de ações e o inchamento da máquina administrativa, responsáveis pelo mau gerenciamento e desperdício das já escassas verbas destinadas à educação.

Há, hoje, um consenso quase geral de que os problemas de educação devam ser enfrentados como uma das grandes prioridades nacionais. As desigualdades de oportunidades educacionais e a má qualidade de ensino já não afetam apenas as crianças, os jovens e as famílias das classes populares. Afetam a própria nação brasileira como um todo, que vê ameaçada a sua possibilidade de investir e produzir novas tecnologias e, assim, promover o seu desenvolvimento científico, econômico e social. Os fatos vêm demonstrando, de forma clara e contundente, que uma grande parcela da população não tem acesso à educação formal. Essa é uma dívida que precisa urgentemente ser resgatada. E isso não se faz com discursos e promessas vazias, mas com vontade, determinação política e o compromisso dos governantes e de toda a sociedade civil.

O governo municipal, mais próximo e mais sensível às necessidades educacionais de sua população, pode e deve assumir essa tarefa, investindo mais e melhor na oferta do ensino fundamental. Porém, o município não é o único responsável e não pode prescindir do apoio e da cooperação técnica e financeira das demais esferas político-administrativas.

O Prefeito Municipal pode e deve assumir a liderança desse processo!

O QUE FAZER ?

☐ Desenvolvendo um contexto político favorável à educação:

● Criar estratégias que favoreçam o desenvolvimento de um ambiente cultural no município, despertando o interesse e o compromisso de todos com a escola. Várias alternativas podem ser utilizadas, a partir das características de cada município:

- transformar praças, ruas, jardins, etc., uma vez por semana, em feiras educativas onde crianças, jovens e adultos, independente do grau de escolaridade, possam encontrar atividades e estímulos culturais;

- implementar projetos que possam resgatar e valorizar a cultura popular, possibilitando a livre manifestação artística de crianças, jovens e adultos (alunos ou não) tanto na própria escola, como em clubes ou centros culturais da comunidade.

● Institucionalizar mecanismos que possibilitem a participação e o controle efetivo, por parte da população usuária, na definição das prioridades e prestação dos serviços educacionais. Uma real participação pode promover a compreensão, a aceitação e o comprometimento com a política educacional adotada, contribuindo para a sua continuidade, independente de mudanças que possam ocorrer na política local. Estes mecanismos podem se concretizar por meio de diversas alternativas:

- reuniões ou assembleias populares com a participação de representantes do magistério e da comunidade, a fim de que, numa direção de dupla mão com a prefeitura, esses encontros possam vir a se transformar em canais de interação e comunicação;

- criação de Conselhos de Educação em âmbito municipal ou local, com membros representativos dos vários segmentos organizados da sociedade civil: associações de moradores, instituições religiosas e/ou beneficentes, sindicatos, lideranças políticas, empresariais e estudantis e, em especial, profissionais da educação;

- criação de Colegiados ou Conselhos de Escola, constituídos por representantes da direção, docentes, funcionários, pais, alunos e comunidade, eleitos para exercerem funções consultivas e deliberativas previstas em estatutos, que ajudem o processo de democratização da gestão escolar;

- implementação de uma política de comunicação, através de documentos impressos - boletins, jornais, painéis e até mesmo através de murais - nos quais a prefeitura faz a divulgação de sua previsão orçamentária e de suas principais realizações e presta contas sobre o uso e destinação das verbas públicas.



Integrando os vários setores da administração municipal:

● Buscar estratégias que possam fortalecer a integração entre as unidades de educação do sistema em seus vários níveis, inclusive escolas, com os demais órgãos da Prefeitura Municipal, a fim de que estes possam, de forma mais ágil, racional e eficiente, responsabilizar-se pela prestação de alguns serviços educacionais complementares, tais como:

- atendimento básico e preventivo de saúde escolar;
- fornecimento de merenda escolar;
- garantia de transporte escolar aos alunos da zona rural ou da zona urbana e periférica, quando necessário;
- promoção de atividades culturais e desportivas em clubes ou em espaços das escolas ou das comunidades locais;
- cessão de prédios, espaços, equipamentos ou até mesmo recursos humanos especializados para o desenvolvimento de atividades de enriquecimento curricular;
- colaboração com o fornecimento de material escolar mínimo: caderno, lápis, borracha e outros, aos alunos que dele necessitarem;
- promoção de concursos, cam-

panhas, palestras, cursos, projeção de filmes, teatros, excursões, etc., voltados para a defesa e preservação do meio ambiente, saúde, cidadania e outros temas que possam contribuir para o enriquecimento das atividades curriculares.

● Executar serviços de apoio às unidades de educação, tais como:

- construção, ampliação e reforma de prédios escolares, manutenção em geral (hidráulica, elétrica), pequenos consertos de equipamentos e mobiliários.

● Sensibilizar o setor da Prefeitura Municipal responsável pela captação de recursos externos, para a elaboração de projetos que possam atrair apoio a programas voltados para a educação formal e não formal, como por exemplo:

- preparação para o trabalho, através de programas que exigem a frequência do aluno à escola em um período, e no outro propiciam o exercício de atividades orientadas e remuneradas, tais como: guarda-mirim, agricultor, jardineiro-mirim, bordadeira, babá, etc.;
- desenvolvimento de programas diversificados e integrados, destinados à educação de jovens e adultos.



Articulando a cooperação entre as várias esferas do Poder Público:

● Aplicar, adequadamente, de forma racional e transparente, o percentual mínimo e obrigatório dos recursos municipais prioritariamente na manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e da educação infantil.

● Buscar estratégias que permitam ao município assumir novas responsabilidades na área do ensino obrigatório e da educação infantil, através da cooperação técnica e financeira, tanto da União como do Estado, de forma a receber dessas instâncias todo apoio, assessoria e recursos necessários e aos quais legalmente faz jus.

● Elaborar um plano de desenvolvimento educacional de forma articulada com o órgão de educação estadual, evitando a duplicidade de ações, tanto na construção de escolas como na oferta de matrículas nos diferentes cursos e tipos de ensino.

● Fazer o censo escolar ou o cadastramento antecipado de toda população escolar, através de um prévio planejamento e acordo com a Secretaria de Educação Estadual, de forma a garantir o acesso escolar a todas as crianças e a divisão de responsabilidades na prestação dos serviços de educação.

● Otimizar os recursos humanos e financeiros, desenvolvendo:

● programações conjuntas para a formação de professores;

● a elaboração e o aperfeiçoamento de programações ou propostas curriculares adequadas à realidade da comunidade e da nação;

● estudos de novas metodologias de ensino;

● material didático adequado às características e necessidades de formação do magistério local;

● cursos à distância com utilização de multimeios, visando a qualificação ou habilitação profissional dos professores.

● Elaborar o Plano de Educação do Município ou o Plano Diretor de Educação, de forma a atender os requisitos técnicos mínimos e as exigências legais para obter os recursos financeiros que o município tem direito, referente às cotas federais e estaduais do salário-educação, além de outras contribuições sociais vinculadas à educação ou receitas previstas no orçamento, para serem aplicadas em atividades de ensino e pesquisa, através do repasse pelos órgãos públicos responsáveis (MEC/FNDE-FAE e Secretaria Estadual de Educação).

● Investir os recursos da prefeitura em escolas municipais e, quando for o caso, em escolas da rede estadual, procurando melhorar as condições pedagógicas em termos de equipamentos, livros e outros materiais didáticos, ou ainda, na formação e aperfeiçoamento dos professores, contribuindo para elevar o padrão da qualidade do ensino oferecido à população.



Ampliando e conquistando novas parcerias e alianças:

● Articular os diferentes setores da sociedade, em busca de novas parcerias e alianças com as empresas locais, entidades de classe ou sindicatos, instituições religiosas, comunidades locais e famílias de alunos, a fim de obter apoio efetivo e concreto na execução de algumas tarefas educacionais, tais como:

- manutenção do prédio escolar, melhoria de suas instalações físicas ou de seus equipamentos e material pedagógico, realizado por empresas que, para tanto, podem se utilizar dos estímulos tributários já existentes ou de outros instituídos por lei municipal;

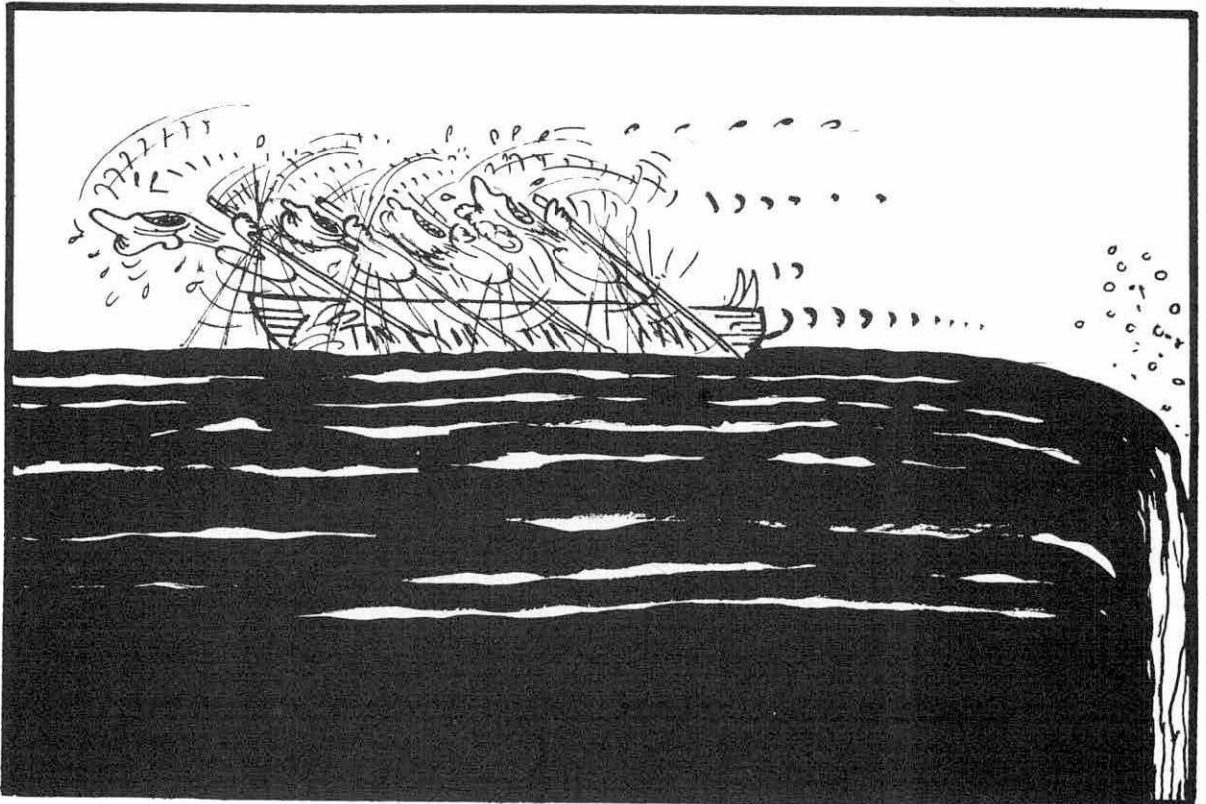
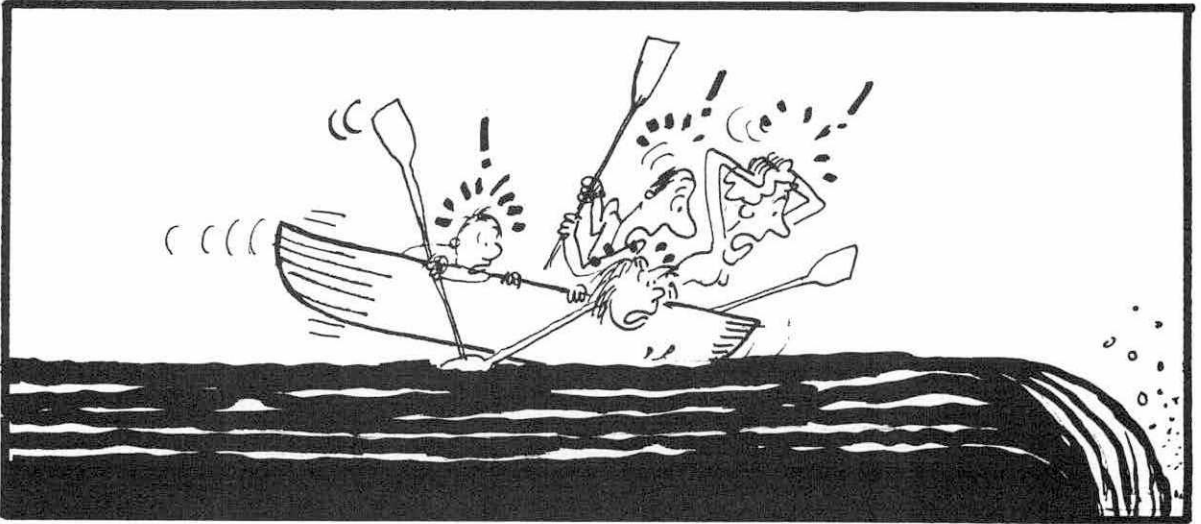
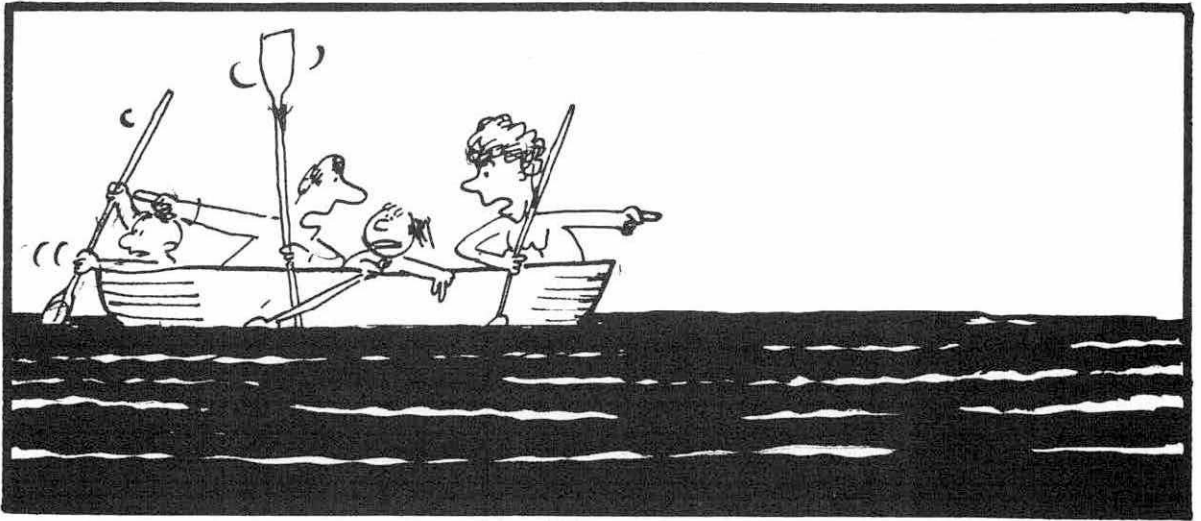
- delegação da responsabilidade da administração de escolas a cooperativas ou associações de professores, pais e lideranças comunitárias, que podem formar uma empresa ou entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, que recebe, do Poder Público, os recursos financeiros necessários para garantir a gratuidade do ensino;

- estabelecimento de convênios ou termos de cooperação técnica e financeira, com a finalidade de assegurar a prestação de serviços educacionais não oferecidos pela administração pública, tais como

ensino especializado para portadores de deficiências e cursos de formação profissionalizante para crianças ou jovens de rua, evitando a marginalização e favorecendo a integração social de todos.

- Promover parcerias com instituições de ensino superior ou outras entidades voltadas ao ensino e pesquisa, visando a atualização e aperfeiçoamento tanto do órgão central de educação como das escolas, através da oferta de diferentes alternativas de formação permanente, garantindo, assim, a qualificação do quadro de magistério do município.

- Elaborar projetos de relevância social reconhecida, integrados direta ou indiretamente com as áreas de educação e cultura, de forma a promover parcerias e alianças com organizações não governamentais, nacionais ou internacionais.



DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO ENSINO

7

Priorizar o ensino fundamental é um desafio que precisa ser assumido por todos - sociedade e governantes -, pois é inegável que a educação é um dos fatores de desenvolvimento econômico e social. Essa é uma tarefa inadiável e possível de ser realizada. No entanto, é impossível efetivar uma política educacional adequada através dos tradicionais modelos de administração dos serviços públicos, reconhecidamente burocratizados, perdulários e ineficientes.

Mudanças portanto, fazem-se necessárias!

Vontade e decisão política são fundamentais para promover as reformas que levem à democratização da gestão e à melhoria do ensino. A capacidade de identificar e desenvolver estratégias de ação para mobilizar educadores, comunidade local, instituições públicas e privadas, organizações não governamentais, promovendo novas parcerias e fortalecendo alianças em torno de um real compromisso com a educação, pode ser o ponto de partida para a concretização de mudanças efetivas que tornem os serviços públicos mais ágeis e eficientes.

O QUE FAZER ?

☐ Democratizando a gestão no sistema:

- Criar canais de comunicação entre a população e a administração central ou local do órgão de educação, por meio de reuniões ou assembléias, através das quais a comunidade poderá participar efetivamente nas decisões sobre as prioridades e diretrizes da política educacional.

- Institucionalizar ou criar mecanismos de participação decisória na gestão do sistema de ensino, por meio de Conselhos, Colegiados ou Assembléias, onde dirigentes e representantes do magistério e da comunidade possam assumir compromissos e contribuir com sugestões para a definição de uma política educacional.

- Criar ou reestruturar o órgão central de educação, tornando-o mais eficiente e adequado para atender às diferentes características regionais, sejam elas urbanas ou rurais.

- Aperfeiçoar e modernizar o modelo gerencial do sistema de ensino, a fim de que todas as suas unidades de serviço estejam voltadas ao atendimento das necessidades das escolas. Várias alternativas e estratégias podem ser utilizadas:

- desconcentrar e descentralizar, gradativamente, as tarefas realizadas em âmbito central e que podem ser cumpridas pela própria escola;

- delegar os poderes deliberativo e executivo às unidades de ensino mais próximas das escolas -

departamentos, delegacias, ou núcleos de ensino - e, quando possível, às próprias escolas;

- estimular a criação de instâncias colegiadas nos vários níveis do sistema de ensino, desde a escola até o órgão central, de modo a favorecer o planejamento educacional integrado em bases efetivas e reais;

- garantir a participação de representantes da comunidade e do magistério na composição de um conselho ou colegiado que atue em nível de órgão central, participando das definições e das prioridades educacionais do município;

- fazer uso das normas existentes na Legislação que rege a administração pública em geral, complementando-a, se necessário, com legislação específica em nível municipal, de forma a gerir o sistema educacional com agilidade e flexibilidade. Criar, se for preciso, uma entidade pública de cujo conselho participem representantes da comunidade e do magistério;

- definir as diretrizes básicas e gerais que garantam a unidade do sistema de ensino, incentivando cada escola a construir seu próprio projeto pedagógico, proporcionando-lhe o devido apoio e supervisão técnica;

- criar um sistema avaliativo dos vários segmentos administrativos e do ensino, de modo a verificar os resultados das diretrizes educacionais adotadas, do modelo

de gestão utilizado, do progresso dos alunos e das necessidades de formação e apoio técnico das equipes educacionais.



Democratizando a gestão da escola:

● Organizar o sistema de ensino fundamental, visando o fortalecimento e a democratização da gestão da unidade escolar, proporcionando-lhe autonomia de decisão quanto ao seu projeto pedagógico.

● Estimular a participação e o compromisso de todos os segmentos da unidade escolar: alunos, pais, professores, funcionários e representantes da comunidade nas decisões a respeito dos aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros da escola.

● Institucionalizar, nas escolas, canais de participação da comunidade escolar e local, através de Colegiados ou Conselhos com poderes consultivo, deliberativo e executivo.

● Estabelecer critérios para o provimento das funções de direção e coordenação pedagógica, cujos cargos podem ser preenchidos através de eleição pela comunidade escolar.

● Assegurar, a cada unidade escolar, os recursos financeiros necessários para pequenos gastos, destinados à sua conservação e manutenção.

● Proporcionar mais autonomia financeira às unidades escolares, adotando as medidas legais mais adequadas às características da

realidade local. Nesse caso, os recursos são repassados às escolas pelo órgão responsável, conforme previsão da lei orçamentária, a partir de um diagnóstico de suas necessidades.

● Repassar verbas para as escolas de forma mais ágil, através de entidade jurídica, geralmente já prevista em regimento escolar, como por exemplo a Associação de Pais e Mestres, a Caixa Escolar, os Conselhos Escolares e outros. Essas entidades podem legalmente gerir esses recursos, bem como responsabilizar-se pela aprovação dos gastos e prestação de contas no âmbito da unidade escolar.

● Ampliar, gradativamente, a autonomia financeira das escolas, dotando-as da infraestrutura mínima necessária ao gerenciamento dos recursos financeiros a elas repassados pelo órgão responsável. Dessa forma, além de cuidar de sua manutenção e conservação, a escola poderá adquirir equipamentos e materiais didáticos, necessários ao desenvolvimento de seu próprio projeto pedagógico.

● Estimular a unidade escolar a produzir coletivamente seu próprio projeto pedagógico, a partir de suas necessidades e características: direcionando-o, acompanhando-o e avaliando-o através do órgão local ou central de educação.

● Apoiar e garantir às escolas a infraestrutura básica necessária ao desenvolvimento de seus projetos.

● Estabelecer convênios entre a Prefeitura Municipal e empresas ou instituições sem fins lucrativos

para gerenciar as unidades escolares, sob o controle normativo, técnico e fiscalizador do Poder Público, responsável, ainda, pelo repasse dos recursos a essas entidades. Esses convênios podem ser viabilizados através de diferentes estratégias, dentre as quais destacam-se:

- delegação da administração das unidades escolares a empresas constituídas para esse fim específico, na forma de cooperativa escolar composta de, no mínimo, 50 % de professores e funcionários diretamente envolvidos com a educação, após processo licitatório de concorrência pública; ou

- delegação a uma associação constituída, exclusivamente, por docentes e funcionários.

Em ambas as situações, algumas medidas são necessárias, tais como:

- os recursos financeiros são repassados pelo poder público a essas cooperativas com base no número de alunos matriculados e com frequência regular. Cabe à cooperativa efetuar o pagamento aos funcionários da escola e cuidar da manutenção do prédio. A boa administração e racionalização dos gastos reverte em melhoria salarial de todos os funcionários;

- a comunidade escolar (pais, alunos, docentes, funcionários e representantes de segmentos organizados da comunidade local) pode participar, sob a forma de colegiado devidamente regulamentado, do gerenciamento dessas instituições, apoiando e fiscalizando seus atos administrativos;

- o convênio deve estabelecer as obrigações entre as partes. Assim, a Prefeitura Municipal poderá ser responsável por:

- ceder o edifício escolar equipado com mobiliário e material didático pedagógico mínimo necessário;

- estabelecer, claramente, as normas gerais e diretrizes da política educacional a serem seguidas, de forma a garantir a gratuidade, a universalidade e a unidade do ensino;

- prestar assessoria técnico-pedagógica e administrativa à entidade gestora;

- zelar, juntamente com o Conselho de Pais e Mestres, pela manutenção e melhoria da qualidade do ensino;

- respeitar o cronograma previamente estabelecido para o repasse financeiro.

Por outro lado, a instituição conveniada poderá ser responsável por:

- cumprir o plano curricular, o regimento e o calendário escolar;

- garantir o nível de qualificação do pessoal docente e técnico administrativo;

- cumprir as deliberações do Colegiado, Conselho de Escola ou Conselho de Pais e Mestres;

- administrar os recursos financeiros, efetuando o pagamento de salários, encargos e obrigações fiscais;

- zelar pela manutenção e

conservação do prédio escolar;

- assegurar o suprimento de material didático, esportivo e de expediente.

VEJA, EM SÍNTESE, O QUE ELES FIZERAM!

Os quadros a seguir indicam as ações mais significativas desenvolvidas em quinze municípios brasileiros, visando universalizar o acesso, melhorar a qualidade do ensino e democratizar a escola pública.

Para saber mais:

Maiores informações sobre estas experiências podem ser encontradas nos relatórios publicados pelo UNICEF - um para cada município.

I.A. E AS CRIANÇAS ? TODAS TÊM ESCOLA ?

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Diagnóstico da Demanda: verificando quantas são e onde estão as crianças sem escola.	☐			☐	☐				☐			☐			☐
• Racionalização do uso dos espaços escolares, com aproveitamento intensivo dos mesmos.	☐			☐	☐	☐			☐			☐	☐		☐
• Nucleação de escolas, permitindo aos alunos que se desloquem, de seus locais de residência, para unidades situadas em pontos de maior densidade populacional.				☐	☐	☐									
• Garantia de transporte escolar às crianças que moram longe da escola e aos jovens que realizam cursos de habilitação ao magistério fora do município.				☐	☐			☐				☐	☐		
• Integração entre as Secretarias de Educação do Estado e do Município no diagnóstico e acomodação da demanda.	☐											☐			
• Extensão da Escolaridade , criando-se classes de 5ª a 8ª série	☐			☐	☐			☐				☐			
• Implantação de cursos de ensino à distância , através da TV Educativa e monitorias, assegurando ensino de 5ª a 8ª série aos alunos de regiões escassamente povoadas.				☐	☐							☐			
• Criação da escola comunitária rural , num regime de alternância entre atividades na escola e no campo.								☐							

50 I.B. E AS CRIANÇAS ? TODAS TÊM ESCOLA ?

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Implantação ou consolidação do Bloco Único/Ciclo Básico , eliminando a reprovação na passagem da 1ª para a 2ª série	☐								☐		☐				☐
• Desenvolvimento de um Ensino Modular , onde a promoção é automática, por nível de conhecimento acumulado, sem interrupção de um ano para o outro.		☐													
• Substituição da avaliação classificatória, através de notas, pela Avaliação qualitativa de aprendizagem com caráter diagnóstico.	☐	☐		☐	☐				☐			☐			☐
• Implementação de Projetos específicos de Reforço e Recuperação para alunos com ritmo diferenciado de aprendizagem.	☐								☐		☐	☐			
• Ampliação da Carga Horária , de 4 para 6 horas ou mais, através de programas educacionais, culturais ou desportivos realizados na escola ou em outros espaços.	☐	☐		☐	☐	☐					☐	☐			
• Adequação do Calendário Escolar às necessidades da comunidade, em especial no meio rural		☐		☐				☐				☐			
• Aumento no número de dias letivos												☐			
• Ampliação e investimento em Educação Infantil , percebendo-se creche e pré-escola como importantes espaços de aprendizagem.		☐									☐	☐			☐

II.A. MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ENSINO

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Ampliação das oportunidades de formação permanente para os professores.	☐			☐	☐		☐	☐	☐		☐	☐	☐		☐
•Estabelecimento de parcerias com a Universidade , no apoio aos projetos das escolas, na formação de professores e pesquisas.				☐	☐	☐									
•Estímulo ao trabalho coletivo , com envolvimento de toda a equipe escolar.	☐						☐				☐	☐			☐
•Incentivo à escola para que elabore com autonomia e de forma participativa, o seu Projeto Pedagógico	☐		☐	☐				☐				☐		☐	☐
•Revisão do papel do Supervisor e demais especialistas, superando a função de fiscalização e substituindo-a pelas funções de apoio, orientação e capacitação	☐		☐	☐			☐								
•Implementação do Currículo , tentando integrar as diferentes áreas do Conhecimento, em constante interação com a realidade do aluno	☐		☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐	☐		☐	☐
•Sensível diminuição dos índices de repetência, evasão e analfabetismo, através da ênfase na aprendizagem e no sucesso do aluno .		☐							☐		☐	☐			☐
•Implantação ou consolidação do Bloco Único/Ciclo Básico , eliminando a reprovação na passagem da 1ª para a 2ª série	☐								☐		☐				☐

II.B. MELHORANDO AS CONDIÇÕES DE ENSINO

[illegible]

III. MELHORANDO AS CONDIÇÕES DA ESCOLA

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguareé (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Ampliação, reforma e aperfeiçoamento do espaço físico escolar , para melhor adequá-lo a um projeto educativo.								☐			☐	☐	☐		☐
•Distribuição de equipamentos, recursos didáticos e materiais pedagógicos às escolas	☐	☐		☐	☐			☐	☐	☐			☐		☐
•Instalação de oficinas e laboratórios nas escolas ou em equipamentos sociais próximos.	☐	☐													☐
•Instalação de bibliotecas e salas de leitura nas escolas.		☐						☐	☐		☐	☐			☐

IV.A. VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Elaboração do Estatuto do Magistério	☐								☐						
•Estabelecimento de Piso Salarial para os professores				☐	☐				☐			☐			☐
•Elaboração de Plano de Cargos e Salários					☐	☐		☐	☐	☐		☐	☐		☐
•Realização de Concurso Público de Ingresso, Acesso e Remoção.					☐							☐	☐		☐
•Ampliação das oportunidades de formação permanente para os Professores.	☐			☐	☐	☐	☐		☐	☐		☐	☐		
•Habilitação em serviço de Professores, através de cursos regulares.				☐	☐	☐			☐			☐	☐		
•Estímulo ao trabalho coletivo, e à troca de experiências entre os professores.	☐						☐			☐	☐	☐			☐
•Utilização do ensino à distância através da TV Educativa e monitores na formação de professores.				☐	☐							☐			

IV.B. VALORIZANDO O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Organização de Laboratórios de Projetos e Oficinas Pedagógicas na formação de professores.	☐														☐
• Realização de Cursos e Simpósios	☐									☐	☐	☐			☐

V. OFERECENDO OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS PARA TODOS

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Ampliação das oportunidades de alfabetização para jovens e adultos.		☐	☐			☐	☐							☐	☐
•Organização de Cursos Profissionalizantes.		☐	☐									☐		☐	☐
•Organização de Cursos Profissionalizantes na Zona Rural.			☐									☐		☐	
•Organização de Cursos Profissionalizantes na Zona Urbana.		☐										☐		☐	☐
Atividades intersecretariais integradas, resgatando a Arte, a Cultura e a História da comunidade.			☐	☐	☐										
•Organização de Escolinhas de Teatro, Artesanato e Música.					☐										
•Organização de Escolinhas de Esportes		☐													
•Implementação de projetos de Educação ambiental.		☐		☐					☐	☐				☐	

VI.A. FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
• Abertura de canais de participação através dos quais a comunidade tem a oportunidade de definir prioridades e destinação de recursos: - Assembleia Popular				☐	☐			☐							
- Conselhos ou Colegiados ao nível do município.	☐			☐	☐			☐							
• Implementação da Política de Comunicação, visando assegurar a circulação de informação entre a administração pública e a população.	☐			☐		☐					☐	☐			☐
• Estabelecimento de parcerias entre órgãos públicos e Secretarias do Estado e do Município, para o desenvolvimento de políticas sociais em favor da criança e do adolescente.	☐	☐			☐	☐	☐		☐			☐	☐		☐
• Descoberta de formas eficientes de Captação de Recursos adicionais para educação.		☐	☐	☐								☐		☐	
• Estabelecimento de Convênio com Instituições Públicas				☐				☐	☐			☐	☐		
• Estabelecimento de Convênio com Empresas Privadas		☐										☐			

VI.B. FORTALECENDO PARCERIAS E PROMOVENDO ALIANÇAS

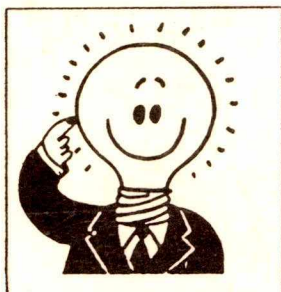
[illegible]

VII.A. DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DO SISTEMA

Ações	Belo Horizonte (MG)	Conchas (SP)	Dom Inocêncio (PI)	Icapuí (CE)	Iguatu (CE)	Ijuí (RS)	Jaboatão (PE)	Jaguaré (ES)	Marechal Rondon (PR)	Maringá (PR)	Porto Alegre (RS)	Resende (RJ)	São José da Varg. (MG)	São Raimundo Nonato (PI)	Vitória (ES)
•Ampliação da participação popular nas decisões sobre Educação: - Assembleias Populares	☐			☐	☐			☐							
- Conselhos ou Colegiados a nível de Município	☐			☐	☐			☐	☐			☐			
•Descentralização da Gestão através de: - maior autonomia pedagógica para as unidades escolares.	☐			☐			☐	☐		☐		☐			
- descentralização e repasse de Recursos para as escolas.	☐						☐	☐				☐			

VII.B. DEMOCRATIZANDO A GESTÃO DA ESCOLA

[illegible]



DICAS

O QUE FAZER PARA QUE
A EDUCAÇÃO BÁSICA DÊ CERTO
NO SEU MUNICÍPIO

Para a análise e o registro das experiências educacionais foram selecionados 15 municípios de porte grande, médio e pequeno, localizados em 9 estados brasileiros, cujas políticas educacionais nortearam suas opções pelo princípio do direito de todos à Educação Básica. Esta escolha permitiu uma reflexão acerca de modelos diferenciados de gestão do sistema escolar que criaram formas próprias de interagir com seu meio social, revelando capacidade de organização escolar e gestão pedagógica voltadas para a melhoria da qualidade do ensino.

Muitas vezes a realização do simples e do óbvio trouxe resultados significativos, e constituem-se em lições para outras regiões.

As propostas e ações que aqui se apresentam certamente serão utilizadas de diferentes maneiras - cada município fará opções por diferentes alternativas, adequando-as à sua realidade ou reagrupando-as de acordo com o seu contexto.

INICIATIVA



REALIZAÇÃO



CECIP

APOIO



MEC

Secretaria de Educação Fundamental